



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PRESTAÇÃO DE CONTAS
Exercício / 2012

PROCESSO SCOF/CCONT Nº 01/2013.....	3
I.DA DESPESA AUTORIZADA.....	3
1.CRÉDITOS AUTORIZADOS.....	3
2.PROVISÕES RECEBIDAS.....	4
3.DESTAQUES RECEBIDOS.....	4
II.DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	5
1.SÍNTESE.....	5
2.DAS DESPESAS DE PESSOAL.....	6
3.DAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL.....	11
4.DAS DESPESAS COM PRECATÓRIOS.....	18
5.RESUMO GERAL DA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	20
III.ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS.....	22
1.APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	23
2.ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	24
3.ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	25
4.AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	26
5.AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	27
6.CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	28
7.ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES.....	29
8.COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	32
IV.INDICADORES DE GESTÃO.....	33
A – INDICADORES GLOBAIS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	33
1.ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	34
2.ÍNDICE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR.....	34
3.ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS.....	35
4.ÍNDICE DE DESPESAS DIRETAS COM PESSOAL.....	36
5.ÍNDICE DE DESPESAS DIRETAS COM OUTROS CUSTEIOS.....	37
6.ÍNDICE DE DESPESAS DIRETAS DE CAPITAL/INVESTIMENTOS.....	38
B – INDICADORES ESPECÍFICOS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	39
1.INDICADOR DO PROGRAMA APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	39
2.INDICADOR DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES.....	41
3.INDICADOR DO PROGRAMA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	41
4.INDICADOR DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES.....	42
5.INDICADOR DO PROGRAMA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	42
6.INDICADOR DO PROGRAMA AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....	43
7.INDICADOR DO PROGRAMA ASSISTÊNCIA PRÉ ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E	

EMPREGADOS.....	44
8.INDICADOR DO PROGRAMA COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....	45
9.INDICADOR DO PROGRAMA PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO.....	45
10.INDICADOR DO PROGRAMA PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES.....	46
C – INDICADOR DO CUSTO MÉDIO DA META FÍSICA ALCANÇADA.....	46
1.CUSTO ANUAL DE PROCESSO JULGADO.....	47
2.CUSTO ANUAL DE PESSOAS ASSISTIDAS PELA JUSTIÇA GRATUITA.....	48
3.CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA.....	48
4.CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	49
5.CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO TRANSPORTE	50
6.CUSTO ANUAL POR BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO.....	51
7.CUSTO ANUAL POR SERVIDOR CAPACITADO	52
D – DEMONSTRATIVOS DAS VARIAÇÕES ANUAIS DOS INDICADORES.....	53
1.INDICADOR DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	53
2.INDICADOR ESPECÍFICO DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	54
3.INDICADOR DO CUSTO MÉDIO ANUAL DAS METAS FÍSICAS.....	56
V.ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA.....	58
VI.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
VII.ANEXOS.....	65
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	66
BALANÇO FINANCEIRO.....	67
BALANÇO PATRIMONIAL.....	68
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	70
DEMONSTRAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES.....	72
DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS.....	73



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PROCESSO SCOF/CCONT nº 01/2013

Sr. Diretor Geral da Administração

A fim de que seja dado cumprimento ao inciso XVI do artigo 70, Título IV, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, submetemos a V.Sª o presente processo de Prestação de Contas relativo às despesas realizadas no exercício financeiro de 2012.

I. DA DESPESA AUTORIZADA

O montante dos créditos orçamentários disponibilizados a este E. Tribunal foi consignado na Lei Orçamentária Anual para 2012 (Lei nº 12.595/2012), correspondendo à dotação inicial, além dos créditos suplementares, provisões e destaques ocorridos durante o exercício, os quais seguem discriminados no quadro abaixo.

Outrossim, em 27 de dezembro de 2012, foi editada a Medida Provisória nº 598/2012, abrindo créditos extraordinários diversos, sendo consignado a este Regional o montante total de R\$ 9.854.732,00, igualmente discriminado no quadro abaixo.

1. Créditos Autorizados (doc. pág. 68)

Discriminação	Valor (R\$)
Lei nº 12.595, de 19/01/2012, publicada em 20/01/2012 Dotação Orçamentária em 20/01/2012	1.531.888.703,00
Ato Conjunto nº 15/12 – TST/CSJT, de 25/05/12 Crédito suplementar	84.442.258,00
Ato Conjunto nº 13/12 – TST/CSJT, de 30/05/12 Crédito suplementar	90.000,00
Ato Conjunto nº 22/12 – TST/CSJT, de 31/07/12 Crédito suplementar	5.816.604,00
Ato Conjunto nº 20/12 – TST/CSJT, de 17/07/12 Crédito suplementar	934.600,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Ato CSJT nº 296/12, de 12/09/12, publicado em 17/09/12 Crédito suplementar com oferecimento	225.022,00 (225.022,00)
Decreto de 16/10/12, publicado em 17/10/12 Crédito suplementar	39.411.407,00
Ato CSJT nº 427/12, de 28/11/12, publicado em 30/11/12 Crédito suplementar com oferecimento	1.850.000,00 (1.850.000,00)
Ato CSJT nº 431/12, de 29/11/12, publicado em 30/11/12 Crédito suplementar com oferecimento	8.000.000,00 (8.000.000,00)
Ato CSJT nº 429/12, de 29/11/12, publicado em 30/11/12 Crédito suplementar com oferecimento	9.000.000,00 (9.000.000,00)
Ato Conjunto nº 35/12 – TST/CSJT, de 06/12/12, publicado em 10/12/12 Crédito suplementar	1.033.500,00
Ato CSJT nº 441/12, de 06/12/12, publicado em 10/11/12 Crédito suplementar	889.500,00
Ato Conjunto nº 37/12 – TST/CSJT, de 11/12/12, publicado em 14/12/12 Crédito suplementar	512.820,00
Ato Conjunto nº 39/12 – TST/CSJT, de 14/12/12, publicado em 17/12/12 Crédito suplementar	27.239.203,00
Medida Provisória MP 598, publicada em 27/12/12 Crédito Extraordinário	9.854.732,00
Subtotal 1	1.702.113.327,00

2. Provisões Recebidas (doc. pág. 68)

Discriminação	Valor (R\$)
Tribunal Superior do Trabalho	8.740.209,24
Subtotal 2	8.740.209,24

3. Destaques Recebidos (doc. pág. 68)

Discriminação	Valor (R\$)
Dotação de Precatórios – SPV	1.670.000,00
Dotação de Precatórios da Administração Direta	3.211.591,00
Dotação de Precatórios da Administração Indireta	3.289.064,00
Subtotal 3	8.170.655,00

TOTAL GERAL AUTORIZADO (Subtotais 1 + 2 + 3)	1.719.024.191,24
---	-------------------------



II. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1. Síntese

O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região desenvolveu sua execução orçamentária e financeira estritamente dentro dos limites orçamentários autorizados na Lei nº 12.595, de 19/01/2012 - Lei Orçamentária para 2012, dos Créditos Adicionais concedidos e das Provisões recebidas do C. Tribunal Superior do Trabalho, bem como através das “Descentralizações de Créditos Recebidos”, referentes à dotação de Precatórios da Administração Direta, Indireta e Sentenças de Pequeno Valor, perfazendo o montante orçamentário de R\$ 1.719.024.191,24 (Um bilhão, setecentos e dezenove milhões, vinte e quatro mil, cento e noventa e um reais e vinte e quatro centavos).

A execução orçamentária e financeira da despesa efetivou-se por designação da E. Presidência, em nome dos Ordenadores da Despesa: Desembargador NELSON NAZAR e Desembargadora MARIA DORALICE NOVAES; servidores LUÍS ALBERTO DAGUANO e DENIZE MOTA; e dos Encarregados do Setor Financeiro: servidoras LILIAN YURI TAKAHASHI e MONICA GERBER BOSSOLAN, atingindo o montante de R\$ 1.697.930.972,29, inclusive "Restos a Pagar". Do total autorizado (R\$ 1.719.024.191,24), não foram aplicados R\$ 11.238.486,95, correspondendo ao saldo da conta contábil 29.211.00.00 - *Crédito Disponível* em 31/12/2012, bem como o montante de R\$ 9.854.732,00, referente ao crédito orçamentário extraordinário concedido em 27/12/2012 pela Medida Provisória nº 598/2012 e contingenciado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujo saldo consta registrado na conta 29.212.00.00 – *Crédito Indisponível* em 31/12/2012.

As despesas foram processadas de acordo com o Plano de Contas Único, estabelecido na Norma de Execução n.º 04/97, de 31/10/97, em



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

conformidade com a Instrução Normativa n.º 10/91, capítulos 03.00.00 e 04.00.00, bem como com a Instrução Normativa n.º 05/96, de 06/11/96, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim sendo, todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial foram inseridos no sistema SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, proporcionando a emissão automática dos balanços contábeis, integrantes da presente Prestação de Contas (doc. fls. 68/76).

Em 31/12/2012, o saldo dos recursos financeiros à disposição deste Tribunal importou em R\$ 97.604.024,58, conforme consta na conta contábil 11.216.04.00 exposta no Quadro 1, cujo teor foi extraído do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Quadro 1: Saldo da Conta Única em 31/12/2012

CONTA CORRENTE		SALDO EM R\$
0100000000 310	- PAGAMENTO PESSOAL	17.385.538,09 D
0100000000 400	- CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	18.845.794,87 D
0100000000 412	- PAGAMENTO DE CARTÃO DE CREDITO	32.796,94 D
0100000000 510	- CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXÍLIOS	1.420.303,84 D
0127000000 400	- CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	5.759.000,17 D
0127000000 510	- CUSTEIO PGTO PESSOAL/AUXÍLIOS	1.530.125,85 D
0150000000 400	- CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	2.409.793,88 D
0169000000 310	- PAGAMENTO PESSOAL	3.365.446,14 D
0181000000 400	- CUSTEIO/INVEST. C/EXIG. DE EMPENHO	46.850.448,87 D
0190000000 990	- PASSIVOS FINANCEIROS	4.775,93 D
TOTAL ==>		97.604.024,58 D

2. Das Despesas de Pessoal

2.1. Créditos Orçamentários para as Despesas de Pessoal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Para as Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, e Obrigação Patronal, foi inicialmente aprovado na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012 - Lei Orçamentária para 2012, o montante de R\$ 1.312.033.152,00, conforme demonstrado abaixo:

Programas de Trabalho	Dotação Inicial
Pagamento de Pessoal Ativo da União (Ativos ¹)	791.225.502,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Inativos e Pensionistas ²)	366.751.278,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal ³)	154.056.372,00
TOTAL	1.312.033.152,00

Ativos ¹ - PTR 048733; Inativos e Pensionistas ² - PRT 042490; Obrigação Patronal ³ - PTR 000594

Os limites de créditos aprovados na Lei nº 12.595/2012, no valor de R\$ 1.312.033.152,00, acima demonstrados, não foram suficientes, suscitando a concessão de crédito suplementar no montante global de R\$ 155.244.472,00, sendo R\$ 98.717.292,00, R\$ 51.506.423,00 e R\$ 5.020.757,00 para as despesas referentes aos pagamentos de pessoal ativo, inativo e pensionista, e obrigação patronal, respectivamente.

Segue demonstração dos créditos suplementares concedidos em 2012:

a) Pagamento de Pessoal Ativo da União:

CRÉDITOS SOLICITADOS			CRÉDITOS CONCEDIDOS		
Documento	Data	Valor	Documento	Data	Valor-R\$
PC nº 05/12	24/08/12	70.149.016,00	ND 800023	17/10/12	27.595.795,00
PC nº 14/12 (*)	12/11/12	7.200.000,00	ND 800027	30/11/12	7.200.000,00
Subtotal 1		77.349.016,00			34.795.795,00
CRÉDITOS AUTORIZADOS PELO CSJT sem solicitação do TRT					
Documento autorização		Documento	Data	Valor-R\$	
Ato Conjunto nº 15, de 25/05/12 (Of. Circular nº 24/12 – CSJT.GP.SG)		ND 800018	29/05/12	45.695.522,00	
Ato Conjunto TST/CSJT nº 22, de 31/07/12 (Of. Circular nº 09/12 – CSJT.GP.SG.CFIN)		ND 800020	01/08/12	2.867.933,00	
Ato Conjunto TST/CSJT nº 39, de 14/12/12		ND 800031	18/12/12	15.358.042	
Subtotal 2				63.921.497,00	
TOTAL - CRED. CONCEDIDOS (Subtotais 1+2)					98.717.292,00

OBS.: PC – Pedido de crédito, ND – Nota de dotação



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

(*) PC nº 14/12 – pedido de crédito com oferecimento de recursos próprios, sendo oferecidos R\$ 7.200.000,00 da Natureza de Despesa 3390.00 da Atividade "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho"

b) Pagamento de Aposentadorias e Pensões:

CRÉDITOS SOLICITADOS			CRÉDITOS CONCEDIDOS		
Documento	Data	Valor	Documento	Data	Valor-R\$
PC nº 05/12	24/08/12	4.959.336,00	ND 800023	17/10/12	2.382.583,00
Subtotal 1		4.959.336,00			2.382.583,00
CRÉDITOS AUTORIZADOS PELO CSJT sem solicitação do TRT					
Documento autorização			Documento	Data	Valor-R\$
Ato Conjunto nº 15, de 25/05/12 (Of. Circular nº 24/12 – CSJT.GP.SG)			ND 800018	29/05/12	37.071.742,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 22, de 31/07/12 (Of. Circular nº 09/12 – CSJT.GP.SG.CFIN)			ND 800020	01/08/12	2.948.671,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 39, de 14/12/12			ND 800031	18/12/12	9.103.427,00
Subtotal 2					49.123.840,00
TOTAL - CRED. CONCEDIDOS (Subtotais 1+2)					51.506.423,00

OBS.: PC – Pedido de crédito, ND – Nota de dotação

c) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal):

CRÉDITOS SOLICITADOS			CRÉDITOS CONCEDIDOS		
Documento	Data	Valor	Documento	Data	Valor-R\$
PC nº 05/12	24/08/12	8.486.977,00	ND 800023	17/10/12	568.029,00
Subtotal 1		8.486.977,00			568.029,00
CRÉDITOS AUTORIZADOS PELO CSJT sem solicitação do TRT					
Documento autorização			Documento	Data	Valor-R\$
Ato Conjunto nº 15, de 25/05/12 (Of. Circular nº 24/12 – CSJT.GP.SG)			ND 800018	29/05/12	1.674.994,00
Ato Conjunto TST/CSJT nº 39, de 14/12/12			ND 800031	18/12/12	2.777.734,00
Subtotal 2					4.452.728,00
TOTAL-CRED. CONCEDIDOS (Subtotais 1+2)					5.020.757,00

OBS.: PC – Pedido de crédito, ND – Nota de dotação

O quadro a seguir ilustra a movimentação dos créditos suplementares referentes às despesas com pessoal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

CRÉDITOS SOLICITADOS					CRÉDITOS CONCEDIDOS				
PC	Data	Valor			ND	Data	Valor		
		PTR 048733	PTR 042490	PTR 000594			PTR 048733	PTR 042490	PTR 000594
PC nº 05/12	24/08/12	70.149.016,00	4.959.336,00	8.486.977,00	ND 800023	17/10/12	27.595.795,00	2.382.583,00	568.029,00
PC nº 14/12	12/11/12	7.200.000,00	0,00	0,00	ND 800027	30/11/12	7.200.000,00	0,00	0,00
*					ND 800018	29/05/12	45.695.522,00	37.071.742,00	1.674.994,00
**					ND 800020	01/08/12	2.867.933,00	2.948.671,00	0,00
***					ND 800031	18/12/12	15.358.042,00	9.103.427,00	2.777.734,00
TOTAL / PTR		77.349.016,00	4.959.336,00	8.486.977,00	TOTAL / PTR		98.717.292,00	51.506.423,00	5.020.757,00
TOTAL GERAL		90.795.329,00			TOTAL GERAL		155.244.472,00		

OBS.: PC – Pedido de crédito; ND – Nota de dotação
 (*) Crédito concedido através do Ato Conjunto nº 15, de 25/05/12
 (**) Crédito concedido através do Ato Conjunto TST/CSJT nº 22, de 31/07/12
 (***) Crédito concedido através do Ato Conjunto TST/CSJT nº 39, de 14/12/12

Destarte, o total de créditos suplementares concedidos importa em R\$ 155.244.472,00, que somado aos créditos inicialmente aprovados pela Lei nº 12.595/2012, de R\$ 1.312.033.152,00, perfazem o total orçamentário de R\$ 1.467.277.624,00, para o Grupo de Despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, no exercício de 2012, demonstrado abaixo.

Programas de Trabalho	Dotação Inicial	Crédito Suplementar	Total
Pagamento de Pessoal Ativo da União (Ativos ¹)	791.225.502,00	98.717.292,00	889.942.794,00
Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Inativos e Pensionistas ²)	366.751.278,00	51.506.423,00	418.257.701,00
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – no Estado de São Paulo (Obrigação Patronal ³)	154.056.372,00	5.020.757,00	159.077.129,00
TOTAL	1.312.033.152,00	155.244.472,00	1.467.277.624,00

Ativos ¹ - PTR 048733; Inativos e Pensionistas ² - PRT 042490; Obrigação Patronal ³ - PTR 000594

2.2. Da Execução Orçamentária das Despesas de Pessoal

A dotação orçamentária para 2012 destinada às despesas de pessoal foi utilizada basicamente com a liquidação mensal das folhas de pagamento de ativos, inativos e pensionistas, vinculados ao quadro de pessoal do Órgão, bem como com o recolhimento da Obrigação Patronal – PSSS.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Do total orçamentário recebido para as despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas (R\$ 1.308.200.495,00), excluindo-se o montante de R\$ 159.077.129,00 destinado à obrigação patronal – PSSS, restou, na conta Crédito Disponível, saldo de R\$ 268,33.

Quanto ao orçamento referente à Obrigação Patronal – PSSS (R\$ 159.077.129,00), restou saldo não utilizado de R\$ 2.343.615,69.

Além das despesas normais com a folha mensal de pessoal, ocorreram os seguintes pagamentos na rubrica “Despesas de Exercícios Anteriores”, referentes aos passivos da categoria Pessoal e Encargos Sociais:

Processo	Objeto	Valor	OBS.
EA.P 004/10	Pagamentos de juros sobre URV	3.784.100,59	Servidores Ativos
		88.576,79	Servidores Ativos - RAP/12 (*)
		2.855.074,21	Servidores Inativos/Pensionistas
	Subtotal 1	6.727.751,59	
EA.P005/10	Parcela Autônoma de Equivalência - PAE	51.222.685,67	Magistrados Ativos
		800.226,19	Magistrados Ativos - RAP/12 (*)
		45.182.574,84	Magistrados Inativos
		41.431,16	Magistrados Inativos - RAP (*)
		663.085,12	Obr. Patronal – PSSS
	176.050,18	Obr. Patronal – PSSS – RAP/12 (*)	
Subtotal 2	98.086.053,16		
EAP 04/12	Licença Prêmio convertida em pecúnia	164.822,22	Servidores Inativos
	Subtotal 3	164.822,22	
EA.P 08/11	Correção Monetária 89/91	1.404.006,97	Juizes Classistas - RAP/12 (*)
	Subtotal 4	1.404.006,97	
EAP 06/12	Licença Prêmio convertida em pecúnia	50.208,05	Servidores Inativos
	Subtotal 5	50.208,05	
EAP 07/12	Obrigação Patronal - INSS	5.501,35	
	Subtotal 6	5.501,35	
EAP 08/12	Licença Prêmio convertida em pecúnia	162.317,51	Servidores Inativos
	Subtotal 7	162.317,51	
EAP 10/12	Vencimentos, auxílio natalidade, horas extras, substituições	1.063.391,16	Servidores Ativos – RAP/12 (*)
		141.114,94	Obr. Patronal – PSSS – RAP/12 (*)
	Subtotal 8	1.204.506,10	
TOTAL (subtotais 1+2+3+4+5+6+7+8)		107.805.167,95	
(*) Saldos inscritos em RAP/2012			



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2.3. Síntese das Despesas de Pessoal

Segue abaixo quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista e Obrigação Patronal, em relação à dotação autorizada:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial (a)	Crédito Suplementar (b)	Total do Orçamento para 2012 (c) = (a) + (b)	Execução Orçamentária (d)	Saldo Orçamentário (e) = (c) - (d)
Pagamento de Pessoal Ativo da União	048733	3190/91	791.225.502,00	98.717.292,00	889.942.794,00	889.942.525,67	268,33
Aposentadorias e Pensões	042490	3190	366.751.278,00	51.506.423,00	418.257.701,00	418.257.701,00	0,00
Contribuições da União p/ o PSSS	000594	3191	154.056.372,00	5.020.757,00	159.077.129,00	156.733.513,31	2.343.615,69
TOTAL			1.312.033.152,00	155.244.472,00	1.467.277.624,00	1.464.933.739,98	2.343.884,02

3. Das Despesas de Custeio e Capital

3.1. Créditos Orçamentários de Custeio e Capital Consignados na Lei Orçamentária Anual – L.O.A. de 2012

Para as Despesas de Custeio e Capital, foi inicialmente aprovado na Lei Orçamentária para 2012 o montante de R\$ 219.855.551,00, conforme demonstrado abaixo:

Programas de Trabalho	Despesas		Total
	Custeio	Capital	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	126.694.500,00	19.635.225,00	146.329.725,00
Capacitação de Recursos Humanos	1.201.000,00	0,00	1.201.000,00
Auxílio Alimentação	39.822.480,00	0,00	39.822.480,00
Auxílio Transporte	3.081.399,00	0,00	3.081.399,00
Assistência Pré Escolar	4.247.219,00	0,00	4.247.219,00
Assistência Médica	18.116.280,00	0,00	18.116.280,00
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	6.152.448,00	0,00	6.152.448,00
Comunicação e Divulgação Institucional	705.000,00	200.000,00	905.000,00
TOTAL	200.020.326,00	19.835.225,00	219.855.551,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Objetivando a otimização dos recursos orçamentários, houve solicitação e liberação de créditos adicionais mediante oferecimento de recursos compensatórios das Ações constantes do Orçamento deste Órgão, conforme abaixo discriminado:

Demonstrativo de Créditos Adicionais com Oferecimento de Recursos							
Recursos Oferecidos				Recursos Recebidos			
Data do Pedido	PTR	Elemento da Despesa	Valor (R\$)	Data do Crédito	PTR	Elemento da Despesa	Valor (R\$)
12/11/12 (*)	000602	3390.00	(7.200.000,00)	30/11/12	048733	3190.00	7.200.000,00
24/08/12	000602	3390.00	(225.022,00)	17/09/12	000605	3390.00	225.022,00
12/11/12	000602	3390.00	(8.000.000,00)	30/11/12	024327	3390.00	8.000.000,00
12/11/12	000602	3390.00	(1.800.000,00)	30/11/12	024329	3390.00	1.800.000,00
12/11/12	042491	3390.39	(50.000,00)	30/11/12	042491	4490.00	50.000,00
12/11/12	000602	3390.00	(1.800.000,00)	12/11/12	000602	4490.00	1.800.000,00
TOTAL	-	-	-19.075.022,00	-	-	-	19.075.022,00

(*) PC nº 14/12 – Pedido de crédito com oferecimento de recursos próprios, sendo oferecido o total de R\$ 7.200.000,00 para despesas com pessoal – PTR 048733, elemento de despesa 3190.00

Ocorreu ainda a concessão a este Tribunal de créditos sem oferecimento de recursos orçamentários próprios nas Atividades "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", "Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados", "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados", "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes" e "Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados", no montante total de R\$ 12.325.420,00, conforme quadro a seguir:

Demonstrativo de Créditos Adicionais Recebidos sem Oferecimento de Recursos			
Data do Crédito	PTR	Elemento da Despesa	Valor - (R\$)
31/05/12	000602	3390.00	90.000,00
07/08/12	000602	4490.00	934.600,00
17/10/12	000596	3390.00	7.350.000,00
17/10/12	000597	3390.00	700.000,00
17/10/12	024328	3390.00	815.000,00
10/12/12	000596	3390.00	720.000,00
10/12/12	000597	3390.00	132.500,00
10/12/12	024328	3390.00	181.000,00
10/12/12	000597	3390.00	16.500,00
10/12/12	024329	3390.00	873.000,00
14/12/12	000596	3390.00	512.820,00
TOTAL	-	-	12.325.420,00

OBS.: PTR 000602 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho; PTR 000596 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados; PTR 000597 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados; PTR 024328 - Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; PTR 024329 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

3.2. Créditos Orçamentários Oriundos de Acordos de Cooperação Técnica

Em atendimento às determinações constantes do Acórdão TCU 2.938/2010, item 9.1.6, fizeram parte da Proposta Orçamentária deste Tribunal e, conseqüentemente, da Lei Orçamentária Anual – L.O.A. para 2012, créditos orçamentários que tiveram como fonte de recursos as receitas próprias auferidas pelo Órgão em decorrência dos Acordos de Cooperação Técnica e Financeira firmados com o Banco do Brasil S/A e com a Caixa Econômica Federal, no montante de R\$ 44.000.000,00.

O quadro abaixo detalha os valores correspondentes aos créditos decorrentes das receitas próprias do Órgão, que constaram da dotação inicial consignada na Lei Orçamentária para 2012.

Recursos de Receitas Próprias Consignadas na Lei Orçamentária para 2012		
Programa de Trabalho	Elemento da Despesa	Valor (R\$)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3390.00	27.907.423,00
	4490.00	16.092.577,00
TOTAL		44.000.000,00

A utilização destes créditos está discriminada no item “V – Acordos de Cooperação Técnica” deste Relatório.

3.3. Créditos Orçamentários Descentralizados - Provisões

Além dos créditos orçamentários consignados a este



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Regional na Lei Orçamentária de 2012, o C. Tribunal Superior do Trabalho descentralizou créditos orçamentários, mediante Provisão, para os Projetos "Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)", "Implantação de Varas da Justiça do Trabalho" e "Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho" e para as Atividades "Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)" e "Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados", para as despesas de custeio (3390.00) e capital (4490.00), totalizando R\$ 8.740.209,24, conforme abaixo demonstrado:

Demonstrativo dos Créditos Descentralizados - Provisão					
Data do Crédito	Documento		PTR (*)	Elemento da Despesa	Valor - (R\$)
	NC (*)	UG (*)			
12/07/12	NC000124	080001	024290	3390.00	102.892,00
17/10/12	NC000289	080001	024290	3390.00	34.206,93
19/12/12	NC000003	080001	024290	3390.00	-0,01
Subtotal 1 - PTR 024290					137.098,92
28/02/12	NC000007	080001	000475	3390.33	18.372,06
18/04/12	NC000038	080001	000475	3390.14	13.067,66
18/04/12	NC000038	080001	000475	3390.33	8.958,18
23/04/12	NC000045	080001	000475	3390.14	120.960,00
23/04/12	NC000045	080001	000475	3390.33	90.916,48
17/05/12	NC000062	080001	000475	3390.30	42.450,00
17/05/12	NC000062	080001	000475	3390.39	10.249,00
17/05/12	NC000062	080001	000475	4490.52	217.000,00
29/05/12	NC000084	080001	000475	4490.52	1.705.442,52
05/07/12	NC000099	080001	000475	3390.39	146.827,90
05/07/12	NC000099	080001	000475	4490,39	26.628,43
05/07/12	NC000099	080001	000475	4490.52	200.788,65
10/08/12	NC000151	080001	000475	4490.52	2.916.162,79
24/08/12	NC000165	080001	000475	4490.52	438.487,31
12/09/12	NC000200	080001	000475	3390.39	2.241,00
20/09/12	NC000209	080001	000475	4490.52	16.000,00
21/09/12	NC000220	080001	000475	3390.30	116.992,00
26/11/12	NC000001	080001	000475	3390.14	-12.790,78
26/11/12	NC000001	080001	000475	3390.33	-45.000,00
03/12/12	NC000002	080001	000475	4490.52	-194,12
Subtotal 2 - PTR 000475					6.033.559,08
28/02/12	NC000006	080001	037710	3390.33	5.756,76
18/04/12	NC000037	080001	037710	3390.33	1.220,22
24/10/12	NC000314	080001	037710	4490.52	2.840,00
23/12/12	NC000364	080001	037710	3390.14	227.255,60
23/12/12	NC000364	080001	037710	3390.33	13.878,33
Subtotal 3 - PTR 037710					250.950,91



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

17/10/12	NC000284	080001	020641	3390.39	17.820,00
19/12/12	NC000396	080001	020641	3390.39	1.600.000,00
19/12/12	NC000396	080001	020641	4490.39	360.000,00
Subtotal 4 - PTR 020641					1.977.820,00
24/08/12	NC000165	080001	042451	3390.39	11.233,47
20/09/12	NC000209	080001	042451	3390.39	1.280,00
23/10/12	NC000312	080001	042451	3390.39	25.070,00
20/12/12	NC000403	080001	042451	3390.39	238.196,86
20/12/12	NC000403	080001	042451	4490.39	65.000,00
Subtotal 5 - PTR 042451					340.780,33
TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3+4+5)					8.740.209,24
(*) NC – Nota de Crédito; UG – Unidade Gestora; PTR – Programa de Trabalho Resumido					
OBS.: PTR 024290 - Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus); PTR 000475 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus); PTR 037710 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; PTR 020641 - Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho e PTR 042451 - Implantação de Varas da Justiça do Trabalho					

Os créditos descentralizados a este Tribunal mediante Provisão foram utilizados conforme demonstrado abaixo:

PTR	ND	PROCESSO	OBJETO	EMPENHO	VALOR
024290	3390.39	PA 08/12	serviços de telecomunicações de dados	2012NE001064	102.892,00
	3390.39	CD 261/12	suporte técnico e atualização de software	2012NE001356	34.206,92
	Subtotal 1				137.098,92
000475	3390.33	PG 069/11	fornecimento de passagens aéreas	2012NE000357	73.246,72
	3390.14	FL. 171/12	pagamento de diárias	2012NE000563	121.236,88
	4490.52	PA 09/12	subsistema automatizado de backup	2012NE001089	217.000,00
	3390.39	PA 09/12	subsistema automatizado de backup	2012NE001090	12.490,00
	4490.52	PA 15/12	aquisição de impressoras laser monocromáticas	2012NE001126	64.670,00
	4490.52	PA 014/12	instalação de microcomputadores e monitores	2012NE001139	4.995.228,50
	3390.30	PA 10/12	aquisição de cartuchos de fita magnética ultrium 5	2012NE001144	42.450,00
	3390.39	PA 11/12	solução de cluster de firewall para conexão à rede corporativa	2012NE001149	146.827,90
	4490.52	PA 11/12	solução de cluster de firewall para conexão à rede corporativa	2012NE001150	200.788,65
	4490.39	PA 11/12	solução de cluster de firewall para conexão à rede corporativa	2012NE001151	26.628,43
	3390.30	PA 18/12	aquisição de token - controlador de acesso	2012NE001280	116.992,00
	4490.52	PA 19/12	aquisição de scanner profissional	2012NE001291	16.000,00
	Subtotal 2				6.033.559,08
037710	3390.33	PG 069/11	fornecimento de passagens aéreas	2012NE000358	20.855,31
	4490.52	PA 015/12	aquisição de impressora multifuncional	2012NE001425	2.840,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

	3390.14	FL. 171/12	pagamento de diárias	2012NE001443	227.255,60
	Subtotal 3				250.950,91
020641	3390.39	PG 094/12	instalação rede elétrica - Fórum de Taboão	2012NE001352	17.820,00
	3390.39	PG 114/12	fornecimento, instalação, manutenção de ar condicionado de São Caetano do Sul	2012NE001828	70.000,00
	3390.52	PG 114/12	equipamento de ar condicionado tipo split	2012NE001846	280.000,00
	3390.39	PG 109/12	fornecimento e instalação de elevador no Fórum de São Caetano de Sul	2012NE001767	30.000,00
	4490.51	PG 109/12	obras para instalação de elevador no Fórum de São Caetano de Sul	2012NE001765	80.000,00
	3390.39	CC 001/12	reforma no imóvel que abriga a Unidade Administrativa III	2012NE001823	1.500.000,00
		Subtotal 4			
042451	3390.39	PA 014/12	instalação de microcomputadores e monitores	2012NE001142	9.373,47
	3390.39	PA 015/12	instalação de impressoras	2012NE001128	1.860,00
	3390.39	PA 019/12	instalação de scanner	2012NE001293	1.280,00
	3390.39	PG 094/12	instalação de rede elétrica - Fórum de Taboão	2012NE001378	25.070,00
	3390.39	TP 03/12	reformas no imóvel de São Bernardo do Campo	2012NE001747	197.787,19
	4490.52	PG 107/12	equipamento de ar condicionado tipo split	2012NE001778	55.900,00
	3390.39	PG 107/12	instalação de ar condicionado	2012NE001779	30.000,00
		Subtotal 5			
TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3+4+5)					8.720.699,57

3.4. Créditos Orçamentários Extraordinários - Medida Provisória nº 598 de 2012

Em 27/12/2012, foi publicada no D.O.U. a Medida Provisória nº 598, concedendo crédito orçamentário extraordinário destinado às despesas de capital, no montante de R\$ 9.854.732,00, abaixo demonstrado:

Programas de Trabalho	Despesas		Total
	Custeio	Capital	
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Crédito Extraordinário)	0,00	9.849.732,00	9.849.732,00
Comunicação e Divulgação Institucional (Crédito Extraordinário)	0,00	5.000,00	5.000,00
TOTAL	0,00	9.854.732,00	9.854.732,00

Respectivo crédito foi registrado contabilmente na conta 29.212.01.05 - Crédito Bloqueado pela SOF, não tendo havido, portanto, qualquer



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

possibilidade de sua utilização.

3.5. Síntese da Execução Orçamentária das Despesas de Custeio e Capital

Considerando as movimentações orçamentárias, segue quadro demonstrativo da execução orçamentária das despesas com Outros Custeios e Capital – OCC, com as dotações próprias deste Tribunal, inclusive as decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica e Financeira firmados, e provisões concedidas pelo C. Tribunal Superior do Trabalho:

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Créditos Suplementares e Provisão	Total do Orçamento para 2012	Execução Orçamentária	Saldo Orçamentário
			(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	(d)	(e) = (c) - (d)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	000602	3390/91	98.787.077,00	-10.935.022,00	87.852.055,00	87.163.568,02	688.486,98
	000602	4490	3.542.648,00	2.734.600,00	6.277.248,00	6.240.318,49	36.929,51
Capacitação de Recursos Humanos	000605	3390/91	1.201.000,00	225.022,00	1.426.022,00	829.250,89	596.771,11
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	000596	3390	39.822.480,00	8.582.820,00	48.405.300,00	48.405.300,00	0,00
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	000597	3390	3.081.399,00	849.000,00	3.930.399,00	3.846.750,47	83.648,53
Assistência Pré-Escolar aos Dep. dos Servid. e Empreg.	024328	3390	4.247.219,00	996.000,00	5.243.219,00	5.152.419,74	90.799,26
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	024327	3390/91	6.152.448,00	8.000.000,00	14.152.448,00	14.152.448,00	0,00
Assist. Médica e Odont. aos Servidores, Empreg. e seus Dependentes	024329	3390/91	18.116.280,00	2.673.000,00	20.789.280,00	20.789.118,26	161,74
Comunicação e Divulgação Institucional	042491	3390	705.000,00	-50.000,00	655.000,00	106.000,00	549.000,00
	042491	4490	200.000,00	50.000,00	250.000,00	181.510,35	68.489,65
Subtotal Orç. TRT 2ª R. p/ O.C.C. (recursos do Tesouro)			175.855.551,00	13.125.420,00	188.980.971,00	186.866.684,22	2.114.286,78
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	000602	3390/	27.907.423,00	-8.000.000,00	19.907.423,00	13.986.071,43	5.921.351,57
	000602	4490/	16.092.577,00	0,00	16.092.577,00	15.422.009,61	670.567,39
Subtotal Orç. TRT 2ª R. p/ O.C.C. (recursos dos Acordos de Cooperação)			44.000.000,00	-8.000.000,00	36.000.000,00	29.408.081,04	6.591.918,96
TOTAL ORÇ. TRT 2ª R. p/ O.C.C.			219.855.551,00	5.125.420,00	224.980.971,00	216.274.765,26	8.706.205,74
Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	037710	3390	0,00	248.110,91	248.110,91	248.110,91	0,00
	Provisão TST	4490	0,00	2.840,00	2.840,00	2.840,00	0,00
Implant. de Sistema Integrado de Gestão da Inform. Jurisd. na Just.do Trabalho	000475	3390	0,00	513.243,50	513.243,50	513.243,50	0,00
	Provisão TST	4490	0,00	5.520.315,58	5.520.315,58	5.520.315,58	0,00
Modernização das	020641	3390	0,00	1.617.820,00	1.617.820,00	1.617.820,00	0,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Instalações Físicas da Just. do Trabalho	Provisão TST	4490	0,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00	0,00
Implantação de Varas da Justiça do Trabalho	042451 Provisão	3390	0,00	275.780,33	275.780,33	265.370,66	10.409,67
	TST	4490	0,00	65.000,00	65.000,00	55.900,00	9.100,00
Manut. de Sistema Integrado de Gestão da Inform. Jurisd. na Just. do Trabalho	024290 Provisão	3390	0,00	137.098,92	137.098,92	137.098,92	0,00
	TST						
TOTAL PROVISÃO TST p/ O.C.C.			0,00	8.740.209,24	8.740.209,24	8.720.699,57	19.509,67
TOTAL GERAL (Orçamento TRT 2ªR.+Provisão TST)			219.855.551,00	13.865.629,24	233.721.180,24	224.995.464,83	8.725.715,41

No quadro acima, não consta o lançamento referente ao crédito extraordinário tendo em vista não ter ocorrido qualquer movimentação em decorrência de seu bloqueio, efetuado pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

Outrossim, o quadro a seguir vem representar o registro do referido crédito extraordinário no orçamento global destinado a este Tribunal no exercício de 2012.

Programas de Trabalho	P.T.R.	Natureza da Despesa	Dotação Inicial	Créditos Extraordinários (MP 598/12)	Total do Orçamento para 2012	Execução Orçamentária	Saldo Orçamentário
			(a)	(b)	(c) = (a) + (b)	(d)	(e) = (c) - (d)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Crédito Extraordinário)	067715	4490	0,00	9.849.732,00	9.849.732,00	0,00	9.849.732,00
Comunicação e Divulgação Institucional (Crédito Extraordinário)	067716	4490	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
TOTAL DO CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO			0,00	9.854.732,00	9.854.732,00	0,00	9.854.732,00

4. Das Despesas com Precatórios

Conforme disposto no artigo 27 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 (Lei nº 12.465/2011), os créditos orçamentários destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

valor foram disponibilizados a este Tribunal mediante descentralização por meio de “Destaques”.

No decorrer do exercício de 2012, o montante descentralizado importou em R\$ 8.170.655,00, destinado ao pagamento das Operações Especiais “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas”, referente aos precatórios da Administração Direta e Indireta, e “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas”, referente às Requisições de Pequeno Valor – SPV, demonstrados a seguir:

- **Precatórios da Administração Direta, no valor total de R\$ 3.211.591,00:**
 - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0005.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (PTR: 030696).

- **Sentenças de Pequeno Valor, no valor total de R\$ 1.670.000,00:**
 - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0625.0001 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (PTR 030697).

- **Precatórios da Administração Indireta, no valor total de R\$ 3.289.064,00:**
 - ✓ Operação Especial: 28.846.0901.0005.0035 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas (PTR: 001610, 003828 e 072577).

A seguir, está demonstrada a destinação dos recursos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

orçamentários recebidos:

Operação Especial	P.T.R.	U.O.	Orçamento consignado	Valor Pago	Crédito Disponível
Adm. Direta	030696	71103 - Encargos Financeiros da União-Sentenças Judiciais	3.211.591,00	3.047.793,27	163.797,73
	Subtotal 1		3.211.591,00	3.047.793,27	163.797,73
SPV	030697	71103 - Encargos Financeiros da União-Sentenças Judiciais	1.670.000,00	1.667.043,79	2.956,21
	Subtotal 2		1.670.000,00	1.667.043,79	2.956,21
Adm. Indireta	001610	49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	309.717,00	307.583,46	2.133,54
	003828	25201 - Banco Central do Brasil (BACEN)	4.414,00	4.414,00	0,00
	007257	33201 - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	2.974.933,00	2.974.932,96	0,04
	Subtotal 3		3.289.064,00	3.286.930,42	2.133,58
TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3)			8.170.655,00	8.001.767,48	168.887,52

5. Resumo Geral da Programação e Execução Orçamentária e Financeira

O Quadro abaixo demonstra as metas e os resultados alcançados por meio das Ações efetivadas pelos programas governamentais "Prestação Jurisdicional Trabalhista" e "Encargos Especiais", destacando o volume de recursos e as metas físicas previstas e realizadas, conforme registros na Lei Orçamentária Anual e no Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA				
EXERCÍCIO: 2012				
R\$ 1,00				
PROGRAMA: 0571 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA				
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira ¹	Física ²	Financeira ³	Física ⁴
ATIVIDADES				
20TP.0001 - Pagamento de Pessoal Ativo da União	889.942.794,00	-	889.942.525,67	-
4256.0001 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	130.129.303,00	466.875	122.811.967,55	465.452
2004.0001 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados a seus Dependentes	20.789.280,00	16.712	20.789.118,26	14.339
2010.0001 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	5.243.219,00	847	5.152.419,74	903
2011.0001 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	3.930.399,00	1.695	3.846.750,47	1.710
2012.0001 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	48.405.300,00	5.258	48.405.300,00	5.860
4091.0001 – Capacitação de Recursos Humanos	1.426.022,00	3.152	829.250,89	4.077
4224.0035 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	14.152.448,00	12.642	14.152.448,00	12.531
2549.0001 - Comunicação e Divulgação Institucional	905.000,00	1.300	287.510,35	1.382
2C73.0001 – Manutenção de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho	137.098,92	0	137.098,92	0
20G2 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	250.950,91	0	250.950,91	0
4256.0101 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Crédito Extraordinário)	0,00	0	0,00	0
2549.0101 - Comunicação e Divulgação Institucional (Crédito Extraordinário)	0,00	0	0,00	0
PROJETOS				
5093.0001 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça do Trabalho (E-Jus)	6.033.559,08	0	6.033.559,08	0
148F - Implantação de Varas da Justiça do Trabalho	340.780,33	0	321.270,66	0
1P66 - Modernização da Instalações Físicas da Justiça do Trabalho	1.977.820,00	0	1.977.820,00	0
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
09HB.0035 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	159.077.129,00	-	156.733.513,31	-
Subtotal 1	1.282.741.103,24	-	1.271.671.503,81	-
PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira ¹	Física ²	Financeira ³	Física ⁴
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
0181.0001-Pagamento de Aposentadorias e Pensões	418.257.701,00	-	418.257.701,00	-
Subtotal 2	418.257.701,00	-	418.257.701,00	-
PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				
TÍTULO	PROGRAMAÇÃO		EXECUÇÃO	
	Financeira ¹	Física ²	Financeira ³	Física ⁴
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
0005.0001- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Administração Direta	3.211.591,00		3.047.793,27	
0005.0001- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Administração Indireta	3.289.064,00		3.286.930,42	
0005 0035- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Administração Indireta				
0625.0001 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor	1.670.000,00		1.667.043,79	
Subtotal 3	8.170.655,00	-	8.001.767,48	-
TOTAL GERAL (subtotais 1+2+3)	1.709.169.459,24	-	1.697.930.972,29	-
Fonte: SIAFI				
Notas: 1. ¹ Dotação Autorizada, ² Metas previstas na LOA, ³ Despesa Realizada, ⁴ Execução das metas previstas. 2. Os dados referentes a “PROGRAMAÇÃO” correspondem aos publicados na L.O.A. para 2012 – Lei nº 12.595/12, créditos suplementares e descentralizações de créditos (provisão e destaques), exceto crédito adicional extraordinário de R\$ 9.854.732,00				



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

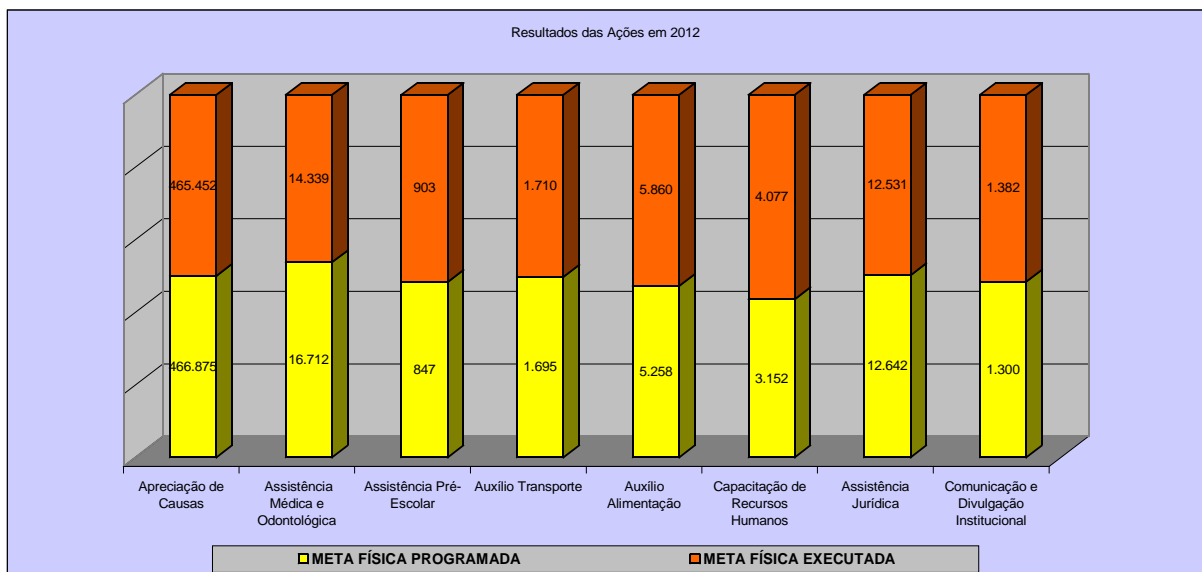
III. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS METAS

No quadro abaixo, constam as metas físicas, programadas e executadas, de acordo com os dados inseridos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP.

ÓRGÃO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO - EXERCÍCIO: 2012			
AÇÕES	METAS FÍSICAS		%
	PROGRAMAÇÃO (*)	EXECUÇÃO	
4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	466.875	465.452	99,70%
2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados a seus Dependentes	16.712	14.339	85,80%
2010.0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	847	903	106,61%
2011.0001 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	1.695	1.710	100,88%
2012.0001 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	5.258	5.860	111,45%
4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos da Just. do Trabalho	3.152	4.077	129,35%
4224.0035 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	12.642	12.531	99,12%
2549.0001 - Comunicação e Divulgação Institucional	1.300	1.382	106,31%

(*) As Metas iniciais programadas foram ajustadas durante o exercício, em virtude de liberações de créditos suplementares

A representação gráfica abaixo evidencia os resultados auferidos no desempenho das Ações supra, demonstrando o cumprimento das metas planejadas.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Observados os resultados supra, depreende-se:

1. Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Atividade consubstanciada pelas despesas concernentes à manutenção dos serviços administrativos, serviços de transportes, conservação de bens imóveis, ações de informática, que objetivam prover o Órgão de meios administrativos para implementação e gestão deste Programa finalístico.

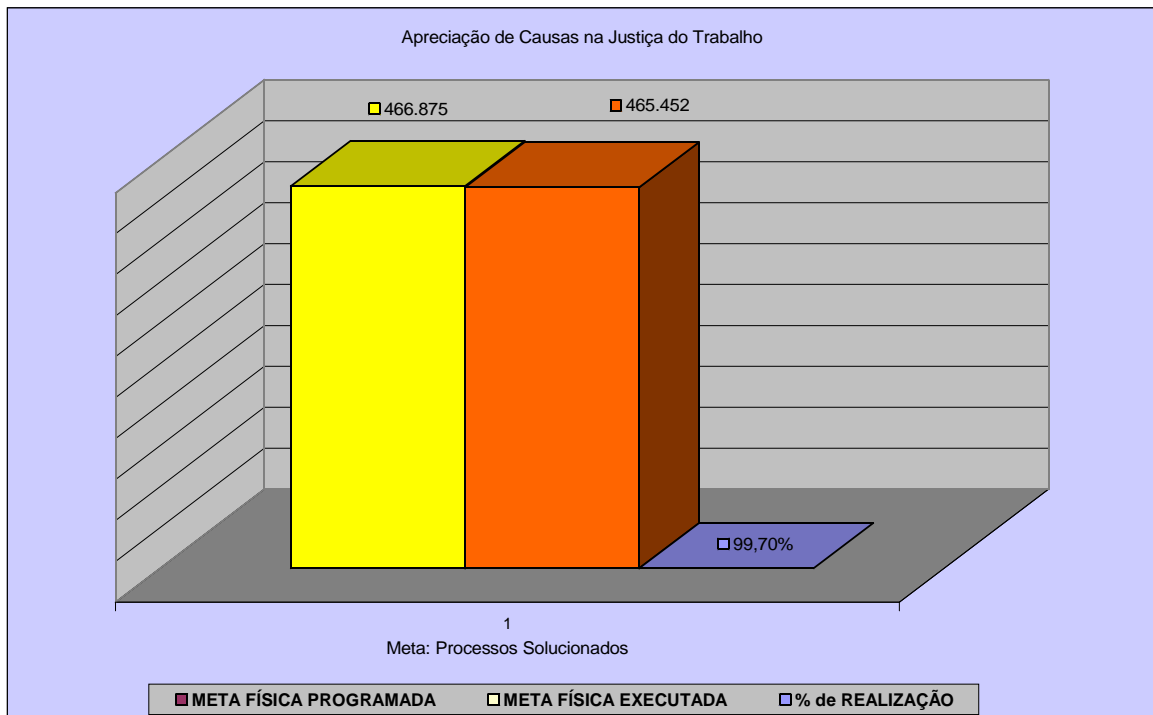
A meta para esta Ação é estabelecida pela quantidade de processos julgados.

A expectativa de solucionar 466.875 processos no âmbito desta Justiça em 2012 alcançou uma execução de 99,70%, tendo sido julgados 465.452 processos, segundo dados constantes no SIOP, o que denota resultado muito significativo em relação à meta prevista para a atividade-fim neste Tribunal, não obstante o quantitativo ainda insuficiente de magistrados e servidores, frente ao crescente volume de processos que são recebidos anualmente na 2ª Região Trabalhista.

O gráfico a seguir ilustra a variação significativa ocorrida no desempenho desta Atividade.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE



2. Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

A meta para esta Ação corresponde à quantidade de servidores, ativos, inativos e dependentes, beneficiados com programas de assistência médica e odontológica, viabilizada com os recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

A meta programada para esta Ação, inserida por ocasião do lançamento dos dados da Proposta Orçamentária no Sistema SIOP, foi de 12.712 beneficiários. Porém, por um erro material, a meta física que constou da LOA foi de 16.712 beneficiários.

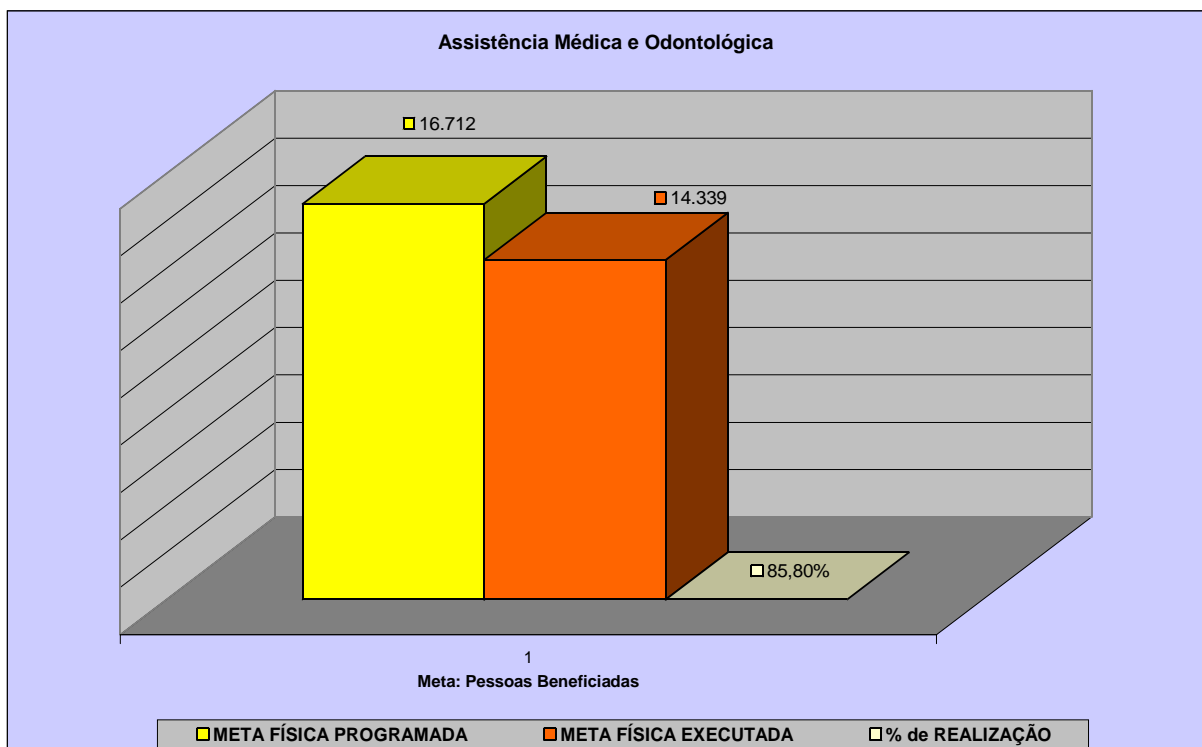
Assim, referida Ação alcançou 85,80% da meta física



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

média anual programada de 16.712 beneficiários, constante da LOA – Lei Orçamentária para 2012, considerando os beneficiários do Plano de Saúde e da Assistência Odontológica, tendo atingido o total de 14.339 pessoas beneficiadas, dados esses constantes do SIOP, enquanto na verdade, se considerada a meta programada correta (12.712 beneficiários) houve superação de 12,80%.

O gráfico a seguir ilustra a variação positiva ocorrida.



3. Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

A meta física programada para esta Ação, de 847 crianças atendidas, corresponde à quantidade estimada de crianças com idade de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, cujos pais, servidores e magistrados deste Órgão, percebem o benefício

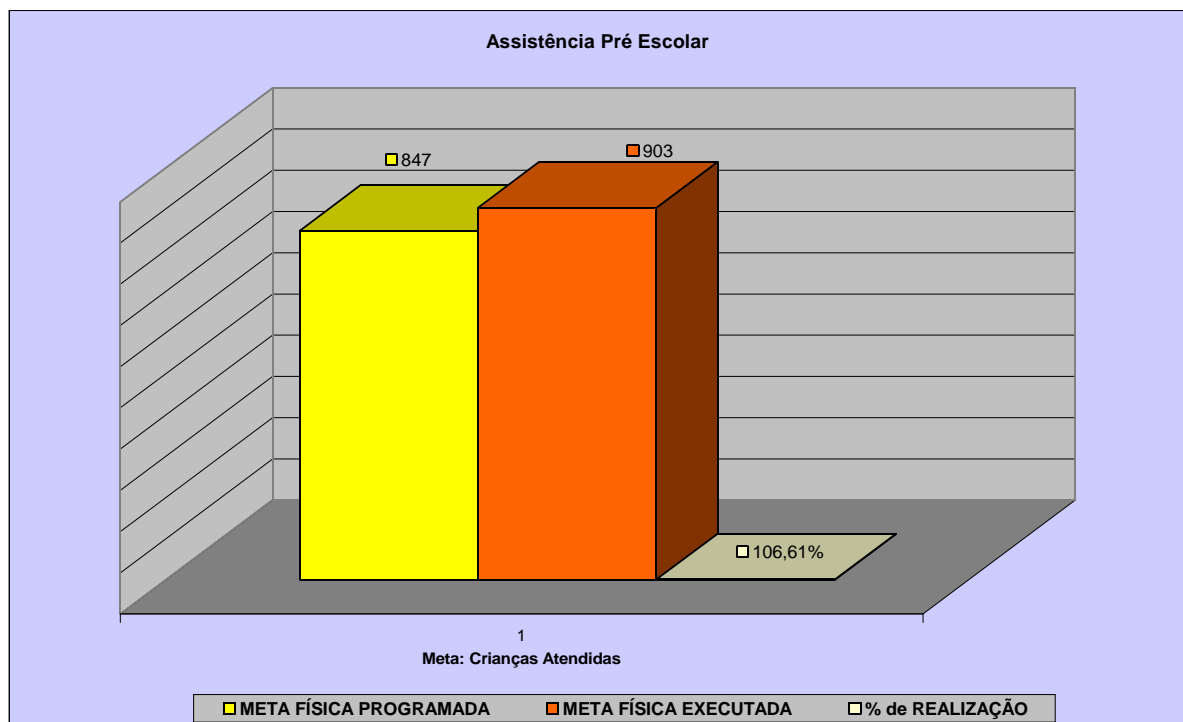


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

“Auxílio-creche”, decorrente dos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.

A meta final alcançada, de 903 crianças, superou a meta prevista (847 crianças) no percentual de 6,61%, demonstrando eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação

O gráfico a seguir ilustra a variação positiva ocorrida.



4. Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

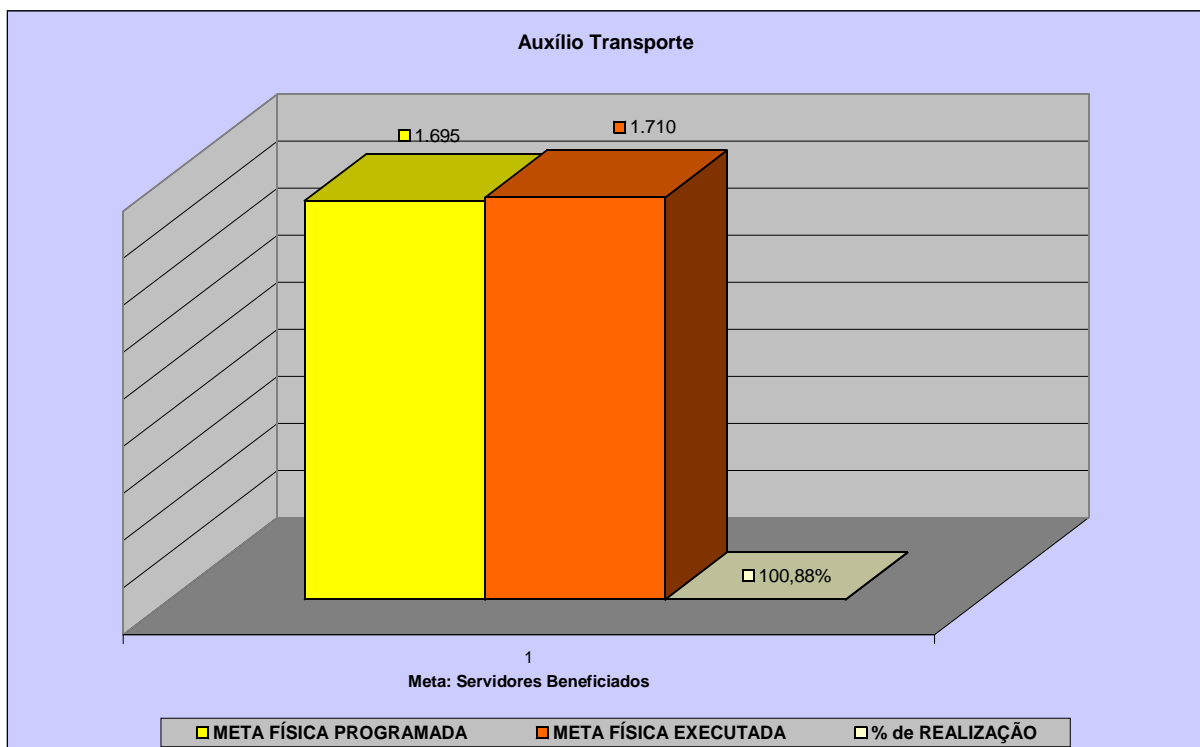
A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de servidores deste Órgão, favorecidos, nos termos de Lei específica, com a concessão desse benefício em pecúnia, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Em relação à meta física programada de 1.695 servidores beneficiados, a meta alcançada (1.710 beneficiados) indica a realização de 100,88%, demonstrando, igualmente, eficiência na aplicação dos recursos destinados a essa Ação.

O gráfico a seguir ilustra a variação ocorrida.



5. Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

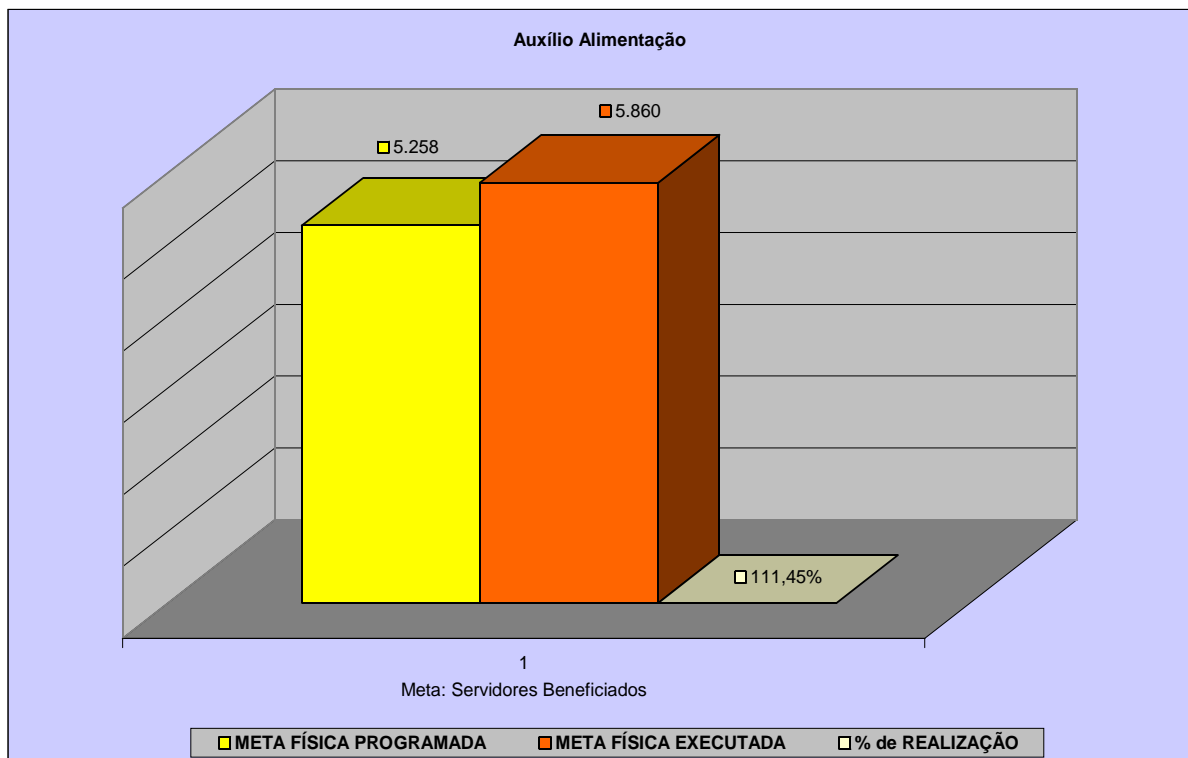
A meta para esta Ação corresponde à quantidade de magistrados e servidores deste Órgão favorecidos com a concessão em pecúnia desse benefício, viabilizada pelos recursos orçamentários consignados a este Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Da meta física programada de 5.258 beneficiários, foram realizados 111,45%, correspondendo a 5.860 servidores beneficiados, superando, assim, a meta inicialmente fixada.

O gráfico a seguir ilustra a variação ocorrida.



6. Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho

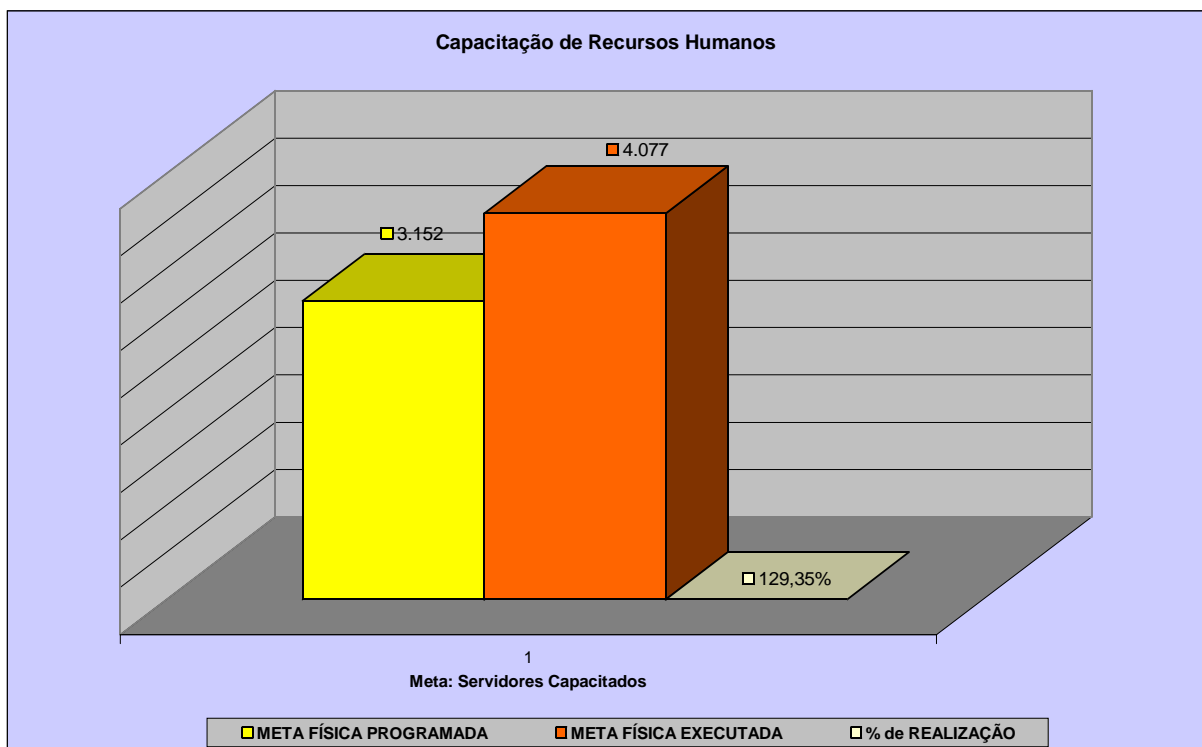
A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de magistrados e servidores participantes de cursos, palestras e outros eventos voltados à melhoria do desempenho funcional e dos serviços prestados pelas unidades integrantes deste Tribunal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

A meta programada (3.152 servidores) foi superada em 29,35% (4.077 servidores). O incremento significativo da meta realizada no exercício de 2012 ocorreu devido à realização de cursos e palestras no âmbito deste Regional, o que possibilitou o aumento do número de pessoas capacitadas a custos reduzidos.

O gráfico a seguir ilustra a variação positiva ocorrida.



7. Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de pessoas assistidas pela Justiça Gratuita, no que se refere aos pagamentos de peritos indicados em ações trabalhistas, remunerados pela União, de acordo com os ditames legais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Para o exercício de 2012, foi consignado inicialmente a este Regional, neste Programa, o total de R\$ 6.152.448,00, sendo que, dado o aumento da demanda de processos de honorários periciais, houve solicitação de crédito suplementar sem oferecimento de recursos compensatórios, não tendo ocorrido, todavia, a respectiva liberação dos créditos solicitados.

Em dezembro de 2012, após nova solicitação de crédito suplementar, desta feita com oferecimento de recursos próprios, houve liberação de crédito no montante de R\$ 8.000.000,00, perfazendo o valor global disponibilizado de R\$ 14.152.448,00.

A despesa realizada no exercício de 2012, nos elementos de despesa: 3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e 3391.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas, segue abaixo demonstrada:

Demonstrativo da Despesa Realizada no Programa “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes”			
Elemento	Desp. Realizada	Inscrição em Restos a Pagar	Total/Elemento
3390.36	6.253.363,20	5.532.010,16	11.785.373,36
3390.39	5.000,00	5.000,00	10.000,00
3391.47	1.250.660,86	1.106.413,78	2.357.074,64
TOTAL GERAL	7.509.024,06	6.643.423,94	14.152.448,00

Os recursos disponibilizados no Programa “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” foram suficientes para o atendimento de 12.531 pessoas assistidas pela Justiça Gratuita, o que representa 99,12% da meta programada (12.642).

A expectativa de beneficiários da Ação em comento vem sendo superada neste Tribunal, verificando-se um abrupto acréscimo no número de benefícios concedidos no decorrer do ano.

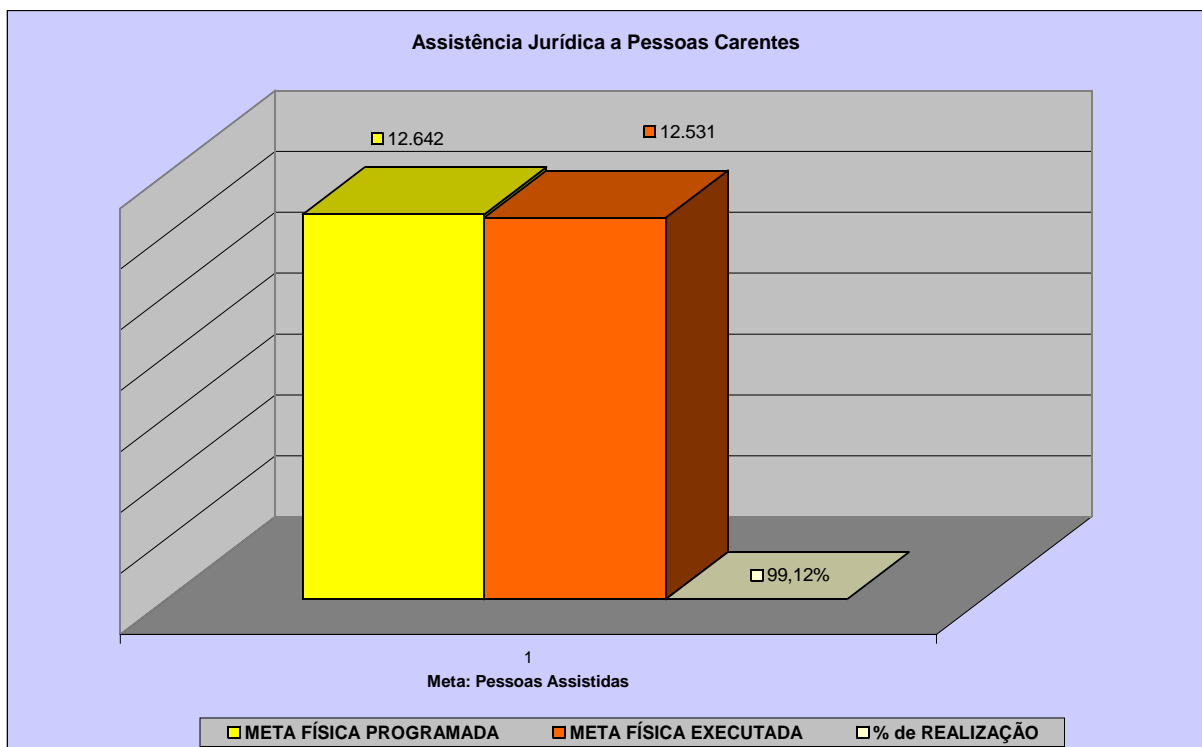


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tal acréscimo, aliado à recorrente não liberação dos créditos suplementares sem oferecimento de recursos compensatórios, solicitados no decorrer do exercício, vinha gerando uma demanda processual reprimida, obrigando este Regional a postergar os respectivos pagamentos para o exercício subsequente, cujo orçamento já se iniciava com insuficiência. Este fato pôde ser observado no processo de contas referente ao exercício de 2011, no qual foi informada uma demanda reprimida para o exercício de 2012 da ordem de 5.000 (cinco mil) processos.

Destarte, com a liberação do crédito suplementar acima aludido, no qual foram oferecidos recursos próprios, puderam ser assistidas 12.531 pessoas em 2012, sendo que cerca de 5.000 pessoas desse total correspondem a processos do exercício de 2011.

O gráfico a seguir ilustra a variação ocorrida no exercício de 2012.



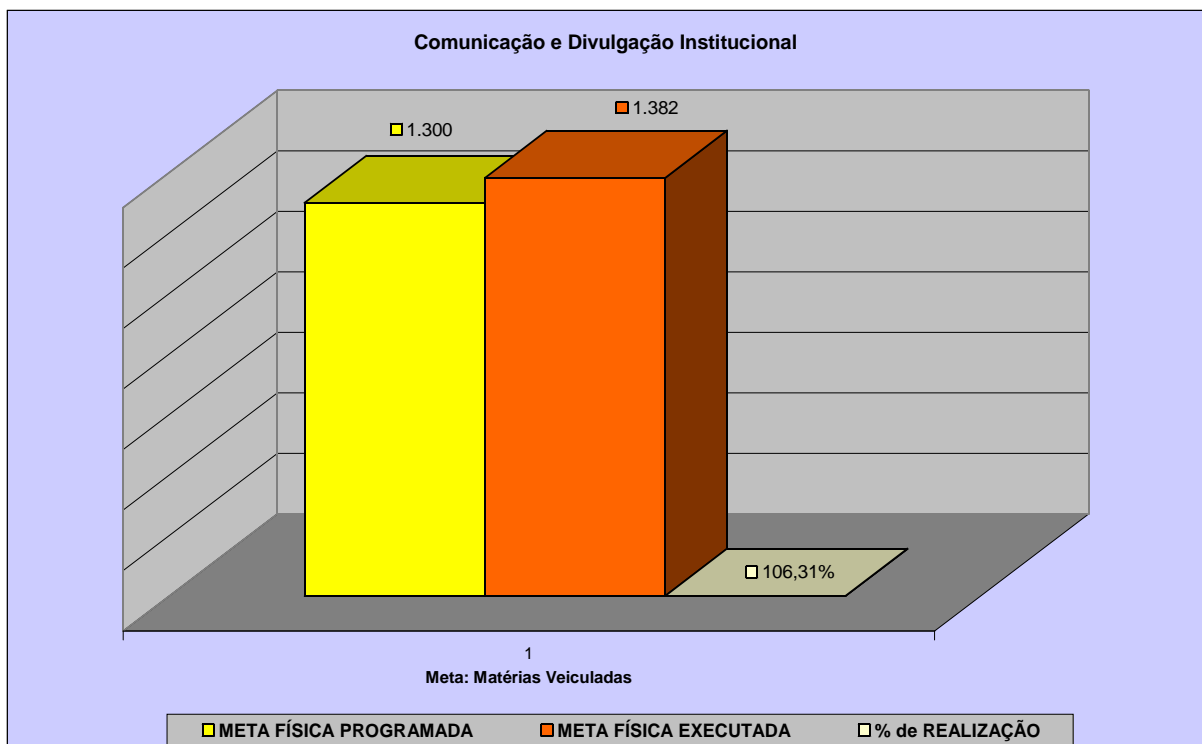


8. Comunicação e Divulgação Institucional

A meta para esta Ação corresponde à quantidade estimada de matérias veiculadas, no que se refere a divulgação das atividades institucionais desempenhadas pelo Órgão.

A meta programada (1.300 matérias veiculadas) foi superada em 6,31% (1.382 matérias veiculadas).

O gráfico a seguir ilustra a variação positiva ocorrida.





IV. INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores a seguir demonstram a gestão orçamentária sob três aspectos:

- A) Indicadores Globais da Utilização Orçamentária;
- B) Indicadores Específicos (por Ação) da Utilização Orçamentária; e,
- C) Indicadores do Custo Médio Anual das Metas Físicas Alcançadas por Ação desenvolvida.

Os indicadores apresentados medem a utilização do orçamento disponibilizado bem como o custo das metas realizadas, possibilitando à Administração a análise dos resultados alcançados e, conseqüentemente, uma avaliação segura quanto à gestão dos recursos utilizados.

A – INDICADORES GLOBAIS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Estes indicadores demonstram o percentual de utilização do orçamento disponibilizado no exercício de 2012 sob os seguintes aspectos:

- Percentual da despesa realizada total (DRT) em relação ao total orçamentário consignado na L.O.A. para 2012.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Percentual das despesas realizadas parciais (DRP) com restos a pagar, pessoal e custeios e capital, em relação à despesa realizada total (DRT).

1. Índice de Utilização Orçamentária

- Descrição: Este indicador permite avaliar se o orçamento do Tribunal foi elaborado de forma adequada, sem superdimensionamento dos gastos.
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula	
$\frac{\text{Despesa Realizada}}{\text{Orçamento Autorizado}}$	X 100

- Cálculo:

Medição / 2011	Medição / 2012
$\frac{\text{R\$ 1.549.216.580,60}}{\text{R\$ 1.568.927.396,24}} \times 100 = \mathbf{98,7437\%}$	$\frac{\text{R\$ 1.697.930.972,29}}{\text{R\$ 1.719.024.191,24}} \times 100 = \mathbf{98,7730\%}$

O índice de utilização orçamentária apurado (98,7730%) demonstra que o orçamento de 2012, assim como o de 2011, foi elaborado de forma adequada, uma vez que foi aplicada quase a totalidade dos recursos autorizados.

2. Índice de Inscrição de Restos a Pagar

- Descrição: Este indicador permite avaliar se os créditos orçamentários estão sendo utilizados no exercício de competência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula		
$\frac{\text{RAP não Processado}}{\text{Despesa Realizada}}$	X	100

- Cálculo:

Medição / 2011	Medição / 2012
$\frac{\text{R\$ } 31.221.911,90}{\text{R\$ } 1.549.216.580,60} \times 100 = 2,0153\%$	$\frac{\text{R\$ } 58.353.375,46}{\text{R\$ } 1.697.930.972,29} \times 100 = 3,5590\%$

O índice encontrado demonstra que 3,5590% das despesas realizadas durante o exercício foram postergadas para execução e pagamento no exercício de 2013, superando em 1,5437% o índice apresentado em 2011 (2,0153%).

3. Índice de Execução Financeira de Restos a Pagar Inscritos

- Descrição: Este indicador permite avaliar a execução financeira da inscrição de Restos a Pagar de exercícios pretéritos, cujo cumprimento da obrigação pelo credor e/ou pagamento foram postergados para o exercício de 2012.
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando a efetiva aplicação dos valores de restos a pagar de exercícios anteriores, cujo pagamento foi postergado para o exercício de 2012.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fórmula	
$\frac{\text{Saldo de RAP Pagos (Passivo)}}{\text{Saldo de RAP Inscritos (Ativo)}} \times 100$	

- Cálculo:

Medição – RAP 2010 - pago em 2011	Medição – RAP 2011 – pago em 2012
$\frac{\text{R\$ 20.344.597,60}}{\text{R\$ 22.264.183,10}} \times 100 = 91,3781\%$	$\frac{\text{R\$ 22.847.555,81}}{\text{R\$ 31.221.911,90}} \times 100 = 73,1780\%$

No exercício de 2012, o índice demonstra que 73,1780% do montante inscrito em Restos a Pagar/2011 foram efetivamente pagos em 2012. Do total do saldo não pago (R\$ 8.374.356,09, equivalente a 26,8220%), R\$ 4.088.989,85 (13,0965%) foram cancelados e R\$ 4.285.366,24 (13,7255%) foram reinscritos para pagamento no exercício de 2013.

Comparativamente, em 2011, o índice encontrado demonstrava que 91,3781% dos Restos a Pagar de 2010, inscritos para execução e pagamento no exercício de 2011, foram pagos. O saldo não pago de R\$ 1.919.585,50 (8,6219%) foi cancelado, não tendo havido valores reinscritos para 2012.

4. Índice de Despesas Diretas com Pessoal

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar a participação das despesas realizadas diretamente com pessoal ativo, inativos e pensionistas no total das despesas realizadas no exercício.
- Tipo de indicador: efetividade.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fórmula	
$\frac{\text{Aplic. Dir. Realiz. c/ Pessoal}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100$	

- Cálculo:

Medição / 2011	Medição / 2012
$\frac{\text{R\$ 1.363.741.443,60}}{\text{R\$ 1.549.216.580,60}} \times 100 = \mathbf{88,0278\%}$	$\frac{\text{R\$ 1.464.933.739,98}}{\text{R\$ 1.697.930.972,29}} \times 100 = \mathbf{86,2776\%}$

Em 2012, observa-se que 86,2776% das despesas resultaram em gasto com pessoal, excluídas as despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios da Administração Direta, Indireta e Sentenças de Pequeno Valor), as quais totalizaram R\$ 8.001.767,48.

Observa-se, ainda, uma queda de 1,7502% da participação das despesas com pessoal sobre o total orçamentário disponibilizado a este Tribunal, se comparado ao exercício de 2011.

5. Índice de Despesas Diretas com Outros Custeios

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar a participação das despesas realizadas diretamente com outros custeios no total das despesas realizadas no exercício.
- Tipo de indicador: efetividade.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula	
$\frac{\text{Aplic. Dir. Realiz. c/ Outros Custeios}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100$	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Cálculo:

Medição / 2011	Medição / 2012
$\frac{R\$ 147.245.726,36}{R\$ 1.549.216.580,60} \times 100 = 9,5045\%$	$\frac{R\$ 197.212.570,80}{R\$ 1.697.930.942,29} \times 100 = 11,6149\%$

O comprometimento no exercício de 2012 com o pagamento direto de despesas correntes corresponde a 11,6149% do total da despesa. Comparativamente a 2011, houve um acréscimo de 2,1104% da participação das despesas correntes sobre o total orçamentário realizado.

6. Índice de Despesas Diretas de Capital/Investimentos

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar a participação das despesas realizadas diretamente com capital no total das despesas realizadas no exercício.
- Tipo de indicador: efetividade.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula
$\frac{\text{Aplic.Dir.Realiz. c/ Invest. e Inv.}}{\text{Despesa Realizada}} \times 100$

- Cálculo:

Medição / 2011	Medição / 2012
$\frac{R\$ 11.829.759,80}{R\$ 1.549.216.580,60} \times 100 = 0,7636\%$	$\frac{R\$ 27.782.894,03}{R\$ 1.697.930.972,29} \times 100 = 1,6363\%$



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

O comprometimento com o pagamento direto de despesas de capital/investimentos no exercício de 2012 corresponde a 1,6363% do total da despesa, demonstrando, igualmente se comparado ao exercício de 2011, um aumento da participação destas despesas em relação à disponibilidade orçamentária consignada a este Órgão.

B – INDICADORES ESPECÍFICOS DA UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Descrição: Os indicadores a seguir apresentados refletem a execução orçamentária dos recursos destinados a cada Ação (Programa de Trabalho), permitindo avaliar se os respectivos orçamentos foram programados de forma adequada.
- Tipo dos indicadores: eficiência.
- Fórmula de Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Fórmula	
$\frac{\text{Execução Orçamentária (do Programa)}}{\text{Programação Orçamentária (do Programa)}} \times 100$	

1. Indicador do Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

Medição / 2011 (*)	Medição / 2012
$\frac{\text{R\$ } 89.839.563,76}{\text{R\$ } 106.521.269,00} \times 100 = \mathbf{84,3396\%}$	$\frac{\text{R\$ } 122.811.967,55}{\text{R\$ } 130.129.303,00} \times 100 = \mathbf{94,3769\%}$
<i>(*) Dados atualizados considerando-se apenas as despesas realizadas com outros custeios e capital, para fins comparativos com o exercício em análise, tendo em vista o desmembramento, em 2012, das despesas com pessoal e com custeios/capital em Programas de Trabalho distintos</i>	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Em 2011, os recursos orçamentários disponibilizados a este Programa eram compostos pelos montantes destinados às despesas com pessoal ativo e com outros custeios e capital, totalizando R\$ 912.076.586,00 e R\$ 895.394.880,76, referentes às despesas programadas e executadas, respectivamente.

A análise deste indicador, que considerou o orçamento global destinado ao Programa conjuntamente com o desempenho medido em sua meta física, evidenciou a eficiência da utilização orçamentária destinada à atividade-fim deste Órgão, uma vez que com recursos inferiores ao inicialmente previstos foi possível o alcance da meta de 463.505 processos julgados, superior à programada (443.252 processos julgados).

Em 2012, todavia, ocorreu a segregação de tais recursos (pessoal e outros custeios e capital) em programas distintos: “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, para as despesas com outros custeios e capital, e “Pagamento de Pessoal Ativo da União”, para as despesas com pessoal ativo.

Assim, a positiva medição apresentada no quadro acima, de 94,3769%, indica o montante destinado apenas às despesas com outros custeios e capital, inclusive no exercício de 2011, para fins de comparação das respectivas utilizações nesses exercícios.

Entretanto, para fins de análise da meta de processos julgados (vide item C - Indicador do Custo Médio, adiante), considerou-se o somatório dos orçamentos destinados a ambos os Programas, tendo em vista que o julgamento de processos envolve direta e explicitamente a força de trabalho de servidores e magistrados ativos e os recursos físicos que lhes são destinados para o desempenho de suas atividades.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2. Indicador do Programa Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

- Cálculo:

Medição / 2011 (*)		Medição / 2012	
$\frac{R\$ 2.954.880,00}{R\$ 2.954.880,00}$	X 100 = 100,0000%	$\frac{R\$ 14.152.448,00}{R\$ 14.152.448,00}$	X 100 = 100,0000%

Em 2011, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, demonstrou a insuficiência orçamentária destinada a esta Atividade, uma vez que com os recursos destinados foi possível o alcance da meta de 2.743 pessoas assistidas, inferior à programada (2.837 pessoas assistidas).

Em 2012, a análise conjunta com o alcance da meta física de 12.531 pessoas assistidas, praticamente alcançou a meta programada de 12.642 pessoas assistidas (99,12%). Esse resultado foi viabilizado somente com a concessão de crédito suplementar decorrente do oferecimento de recursos próprios no montante de R\$ 8.000.000,00.

Em ambos exercícios utilizou-se 100% do orçamento consignado.

3. Indicador do Programa Capacitação de Recursos Humanos

- Cálculo:

Medição / 2011		Medição / 2012	
$\frac{R\$ 1.154.560,69}{R\$ 1.623.730,00}$	X 100 = 71,1055%	$\frac{R\$ 829.250,89}{R\$ 1.426.022,00}$	X 100 = 58,1513%

Em 2011, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, demonstrou eficiência na utilização orçamentária destinada a esta Atividade, uma vez que com o aproveitamento de apenas



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

71,1055% dos recursos inicialmente previstos foi possível superar a meta prevista (3.045 servidores capacitados) em 24,33%, alcançando a capacitação de 3.786 servidores.

Em 2012, a meta alcançada (4.077) superou a programada (3.152) em 29,35%, utilizando-se apenas 58,1513% dos recursos orçamentários disponibilizados, demonstrando, igualmente, eficiência na utilização orçamentária.

4. Indicador do Programa Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- Cálculo:

Medição / 2011		Medição / 2012	
<u>R\$ 18.428.656,00</u>	X 100 = 100,0000%	<u>R\$ 20.789.118,86</u>	X 100 = 99,9992%
R\$ 18.428.656,00		R\$ 20.789.280,00	

Em 2011, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, demonstrou eficiência na utilização orçamentária destinada a esta Atividade, uma vez que com os recursos inicialmente previstos foi possível o alcance da meta de 13.421 juízes/servidores beneficiados, superior à programada (13.302 juízes/servidores beneficiados).

Em 2012, correspondente análise indica que a utilização orçamentária de aproximadamente 100% destinada a esta Atividade viabilizou o alcance da meta de 14.339 juízes/servidores beneficiados, inferior à meta lançada incorretamente na LOA, de 16.712 beneficiários, porém superior à efetivamente programada por esta Secretaria, de 12.712 juízes/servidores.

5. Indicador do Programa Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Cálculo:

Medição / 2011		Medição / 2012	
<u>R\$ 38.481.985,08</u>	X 100 = 100,0000%	<u>R\$ 48.405.300,00</u>	X 100 = 100,0000%
R\$ 38.481.987,00		R\$ 48.405.300,00	

Em 2011, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, demonstrou que com 100% dos recursos destinados foi possível o alcance 88,07% da meta programada de 6.025 servidores beneficiados, o que equivale a 5.306 servidores beneficiados.

Tal fato foi reflexo de dois fatores preponderantes: 1) a quantidade de cargos providos ficou aquém das nomeações previstas nas solicitações de crédito suplementar; 2) pagamento de diferenças de auxílio-alimentação aos senhores magistrados, referentes ao período de 2004 a 2011, sem o respectivo incremento na meta física.

Em 2012, a correspondente análise deste indicador demonstra que com 100% dos recursos destinados foi possível o alcance 111,45% da meta programada (5.258 juízes/servidores), o que equivale a 5.860 juízes/servidores beneficiados.

6. Indicador do Programa Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

- Cálculo:

Medição / 2011		Medição / 2012	
<u>R\$ 3.351.364,54</u>	X 100 = 98,8717%	<u>R\$ 3.846.750,47</u>	X 100 = 97,8718%
R\$ 3.389.611,00		R\$ 3.930.399,00	

Em 2011, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, demonstrou o alcance de 79,56% da meta programada de 1.903 servidores beneficiados, ou seja, apenas 1.514 servidores foram beneficiados. Justifica-se tal resultado pela quantidade de cargos providos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

que se manteve aquém das nomeações previstas nas solicitações de créditos suplementares efetuadas naquele exercício.

Em 2012, a respectiva análise demonstra o alcance de 100,88% da meta programada de 1.695 servidores beneficiados, ou seja, 1.710 servidores foram beneficiados, demonstrando eficiência na utilização dos recursos aqui destinados.

Em ambos os exercícios foi utilizada a quase totalidade do orçamento consignado.

7. Indicador do Programa Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

- Cálculo:

Medição / 2011		Medição / 2012	
R\$ 3.490.470,85	X 100 = 99,9478%	R\$ 5.152.419,74	X 100 = 98,2683%
R\$ 3.492.293,00		R\$ 5.243.219,00	

Em 2011, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, evidenciou que com os recursos inicialmente previstos foi possível alcançar a meta de 767 crianças, o que corresponde a 81,42% da meta prevista (942 crianças). Tal ocorrência se deve ao fato de que a quantidade de cargos providos ficou aquém das nomeações previstas nas solicitações de créditos suplementares.

Em 2012, a análise mostra eficiência com o alcance da meta de 903 crianças, correspondendo a 106,61% da meta prevista (847 crianças).

Igualmente, em ambos os exercícios foi utilizada a quase totalidade do



orçamento consignado.

8. Indicador do Programa Comunicação e Divulgação Institucional

- Cálculo:

Medição / 2012	
$\frac{R\$ 905.000,00}{R\$ 287.510,35}$	X 100 = 31,7691%

Este Programa foi inserido no orçamento deste Tribunal no exercício de 2012.

A análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, demonstrou que com a utilização de 31,7691% do orçamento consignado, foi realizado 106,31% da meta programada (1300 matérias), alcançando o total de 1.382 matérias veiculadas.

9. Indicador do Programa Pagamento de Pessoal Ativo

- Cálculo:

Medição / 2011		Medição / 2012	
$\frac{R\$ 805.555.317,00}{R\$ 805.555.317,00}$	X 100 = 100,0000%	$\frac{R\$ 889.942.525,67}{R\$ 889.942.794,00}$	X 100 = 100,0000%

Conforme já comentado no item *B 1 - Indicador do Programa de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, em 2011, os recursos destinados às despesas com pessoal ativo compunham o total orçamentário da Atividade *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* juntamente com os recursos das despesas com outros custeios e capital, ocorrendo, em 2012, a segregação de tais recursos em programas distintos: “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, para as despesas com outros custeios e capital, e “Pagamento de Pessoal Ativo da União”, para as despesas com pessoal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Tendo em vista a segregação mencionada, a medição apresentada no quadro acima indica o montante destinado apenas às despesas com pessoal ativo, inclusive no exercício de 2011, para fins de comparação das respectivas utilizações nesses exercícios.

Foi utilizada a totalidade dos recursos destinados ao pessoal ativo em ambos os exercícios.

10. Indicador do Programa Pagamento de Aposentadorias e Pensões

- Cálculo:

Medição / 2011		Medição / 2012	
$\frac{R\$ 414.647.865,85}{R\$ 414.647.866,00}$	X 100 = 100,0000%	$\frac{R\$ 418.257.701,00}{R\$ 418.257.701,00}$	X 100 = 100,0000%

Em 2011, a análise deste indicador, conjuntamente com o desempenho da meta física para este Programa, evidenciou eficiência da utilização orçamentária destinada a esta Atividade (100%), sendo que com os recursos inicialmente previstos foi possível o atendimento a 2.137 aposentados e pensionistas, superior à previsão inicial de 2.040 pessoas beneficiadas.

Em 2012, não houve registro, no SIOP, de meta específica para este Programa.

Foi utilizada, igualmente, a totalidade dos recursos orçamentários autorizados.

C – INDICADOR DO CUSTO MÉDIO DA META FÍSICA ALCANÇADA



1. Custo Anual de Processo Julgado

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual dos processos julgados em relação à execução financeira das Ações "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho" e "Pagamento de Pessoal Ativo da União".
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.
Conforme já justificado no indicador "B1", para fins de análise da meta de processos julgados, considerou-se o somatório dos orçamentos destinados aos Programas "Pagamento de Pessoal Ativo da União" e "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho".

Fórmula
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Processos Julgados}}$
(*) Despesa realizada nas Ações "Pagamento de Pessoal Ativo da União" e "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", incluindo-se as despesas do GND 4490.00.00 - Investimentos

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Medição / 2011		Medição / 2012	
$\frac{\text{R\$ 895.394.880,76}}{463.505}$	R\$ 1.931,79	$\frac{\text{R\$ 1.012.754.493,22}}{465.452}$	R\$ 2.175,85
Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se as despesas realizadas nas Ações "Pagamento de Pessoal Ativo da União" e "Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho", incluindo-se as despesas do GND 4490.00.00 - Investimentos			

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2011, verifica-se aumento no custo médio por processo de 12,63%.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2. Custo Anual de Pessoas Assistidas pela Justiça Gratuita

- **Descrição:** O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por beneficiário da Justiça Gratuita, em relação à execução financeira da Ação “Assistência Jurídica às Pessoas Carentes”.
- **Tipo de indicador:** eficiência.
- **Fórmula de cálculo:**

Fórmula
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Pessoas Assistidas}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação “Assistência Jurídica às Pessoas Carentes”</i>

- **Cálculo:** A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Medição / 2011		Medição / 2012	
<u>R\$ 2.954.880,00</u> 2.743	R\$ 1.077,24	<u>R\$ 14.152.448,00</u> 12.531	R\$ 1.129,39
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação “Assistência Jurídica às Pessoas Carentes”</i>			

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2011, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 4,84%.

3. Custo Anual por Beneficiário de Assistência Médica e Odontológica

- **Descrição:** O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

despesas por beneficiário em relação à execução financeira da Ação “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes”.

- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo:

Fórmula
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Beneficiários}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes”</i>

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Medição / 2011		Medição / 2012	
R\$ 18.428.656,00	R\$ 1.373,12	R\$ 20.789.118,26	R\$ 1.449,83
13.421		14.339	
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes”</i>			

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2011, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 5,59%

4. Custo Anual por Beneficiário de Assistência Pré-Escolar

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual da despesa por beneficiário em relação à execução financeira da Ação “Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados”.
- Tipo de indicador: eficiência.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

- Fórmula de cálculo:

Fórmula
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada (*)}}{\text{Quantidade de Crianças Beneficiadas}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação "Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados"</i>

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Medição / 2011		Medição / 2012	
$\frac{\text{R\$ 3.490.470,85}}{767}$	R\$ 4.550,81	$\frac{\text{R\$ 5.152.419,74}}{903}$	R\$ 5.705,89
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados"</i>			

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2011, verifica-se incremento no custo médio por beneficiário de 25,38%, considerando-se o significativo aumento no valor do benefício no exercício de 2012.

5. Custo Anual por Beneficiário de Auxílio Transporte

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por beneficiário em relação à execução financeira da Ação "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados".
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Fórmula	
<u>Valor Total da Despesa Realizada</u> (*)	
Quantidade de Servidores Beneficiados	
(*) Despesa realizada na Ação "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados"	

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Medição / 2011		Medição / 2012	
<u>R\$ 3.351.364,54</u> 1.514	R\$ 2.213,58	<u>R\$ 3.846.750,47</u> 1.710	R\$ 2.249,56
Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados"			

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2011, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 1,63%.

6. Custo Anual por Beneficiário de Auxílio Alimentação

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por beneficiário em relação à execução financeira da Ação "Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados".
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo:

Fórmula	
<u>Valor Total da Despesa Realizada</u> (*)	
Quantidade de Serv./Juizes Beneficiados	
(*) Despesa realizada na Ação "Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados"	

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Medição / 2011		Medição / 2012	
<u>R\$ 38.481.985,08</u> 5.306	R\$ 7.252,54	<u>R\$ 48.405.300,00</u> 5.860	R\$ 8.260,29
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados"</i>			

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2011, verifica-se aumento no custo médio por beneficiário de 13,89%.

7. Custo Anual por Servidor Capacitado

- Descrição: O objetivo deste indicador é avaliar o custo médio anual das despesas por servidor em relação à execução financeira da Ação "Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho".
- Tipo de indicador: eficiência.
- Fórmula de cálculo / Medição:

Fórmula
$\frac{\text{Valor Total da Despesa Realizada} (*)}{\text{Quantidade de Serv./Juizes Beneficiados}}$
<i>(*) Despesa realizada na Ação "Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho"</i>

- Cálculo: A medição deste indicador obedecerá à aplicação da fórmula a seguir indicada, demonstrando os resultados do exercício atual e do anterior para fins comparativos e/ou análise dos resultados.

Medição / 2011		Medição / 2012	
<u>R\$ 1.154.560,69</u> 3.786	R\$ 304,96	<u>R\$ 829.250,89</u> 4.077	R\$ 203,40
<i>Custo médio unitário da meta alcançada considerando-se a despesa realizada na Ação "Capacitação de Recursos Humanos da Justiça do Trabalho"</i>			



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Em comparação ao resultado alcançado no exercício de 2011, verifica-se redução no custo médio por beneficiário de 33,30%.

D – DEMONSTRATIVOS DAS VARIAÇÕES ANUAIS DOS INDICADORES

Apresenta-se a seguir a síntese dos indicadores apresentados nos itens "A" (*Indicador de Utilização Orçamentária*), "B" (*Indicador Específico de Utilização Orçamentária*) e "C" (*Indicador do Custo Médio Anual das Metas Físicas*), apurados em 2012, comparando-os com os quatro exercícios anteriores.

1. Indicador de Utilização Orçamentária

Os indicadores de utilização orçamentária refletem a utilização dos recursos orçamentários quanto à Despesa Realizada Total (DRT) e quanto às despesas realizadas parciais (DRP) com restos a pagar, pessoal e custeios e capital, em relação à despesa realizada total (DRT).

O quadro a seguir sintetiza os percentuais de realização encontrados:

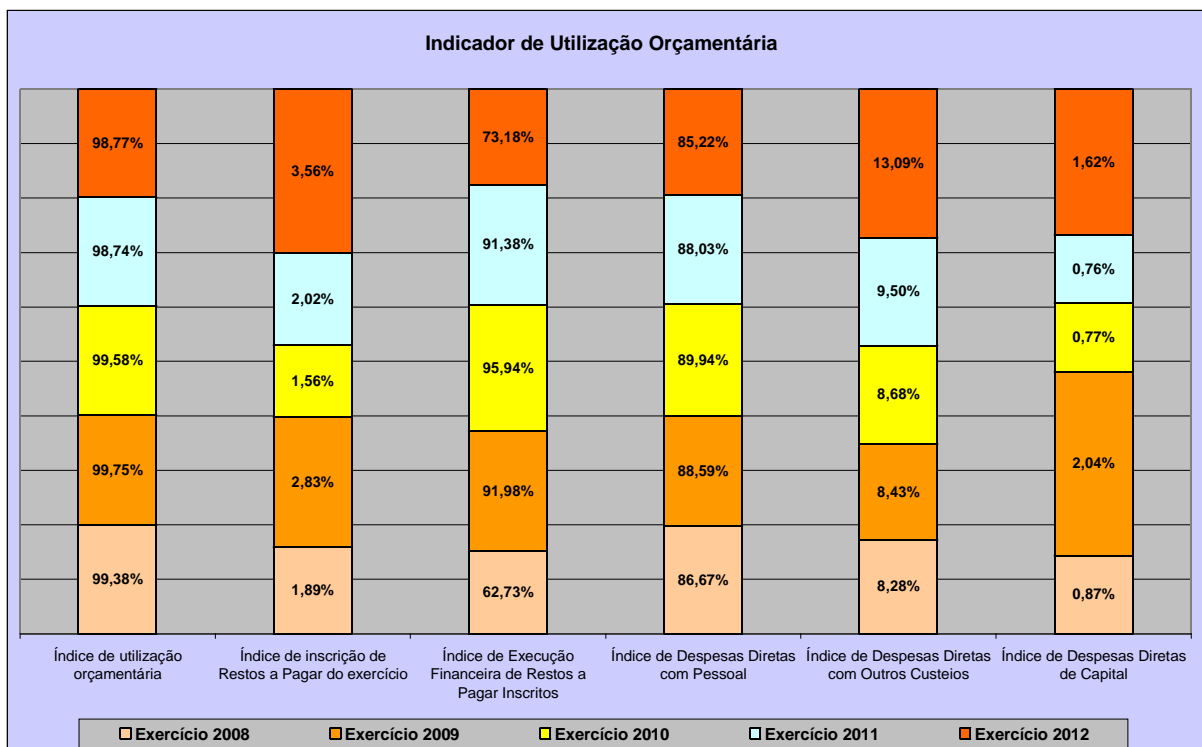
Demonstrativo 1: INDICADOR DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Discriminação do Indicador	Exercício				
	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)
Índice de utilização orçamentária	99,38	99,75	99,58	98,74	98,77
Índice de inscrição de Restos a Pagar do exercício	1,89	2,83	1,56	2,02	3,56
Índice de Execução Financeira de Restos a Pagar Inscritos:					
• Restos a Pagar do exercício de 2011:	-	-	-	-	73,18
• Restos a Pagar do exercício de 2010:	-	-	-	91,38	-



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

• Restos a Pagar do exercício de 2009:	-	-	95,94	-	-
• Restos a Pagar do exercício de 2008:	-	91,98	57,43	-	-
• Restos a Pagar do exercício de 2007:	62,73	83,11	-	-	-
Índice de Despesas Diretas com Pessoal	86,67	88,59	89,94	88,03	85,22
Índice de Despesas Diretas com Outros Custeios	8,28	8,43	8,68	9,50	13,09
Índice de Despesas Diretas de Capital	0,87	2,04	0,77	0,76	1,62

Pelo gráfico que segue, pode-se observar a constância na utilização dos recursos disponibilizados a este Regional.



2. Indicador Específico de Utilização Orçamentária

Os indicadores específicos, por Ação, refletem a utilização dos recursos orçamentários alocados em cada Atividade/Projeto de responsabilidade deste Tribunal.

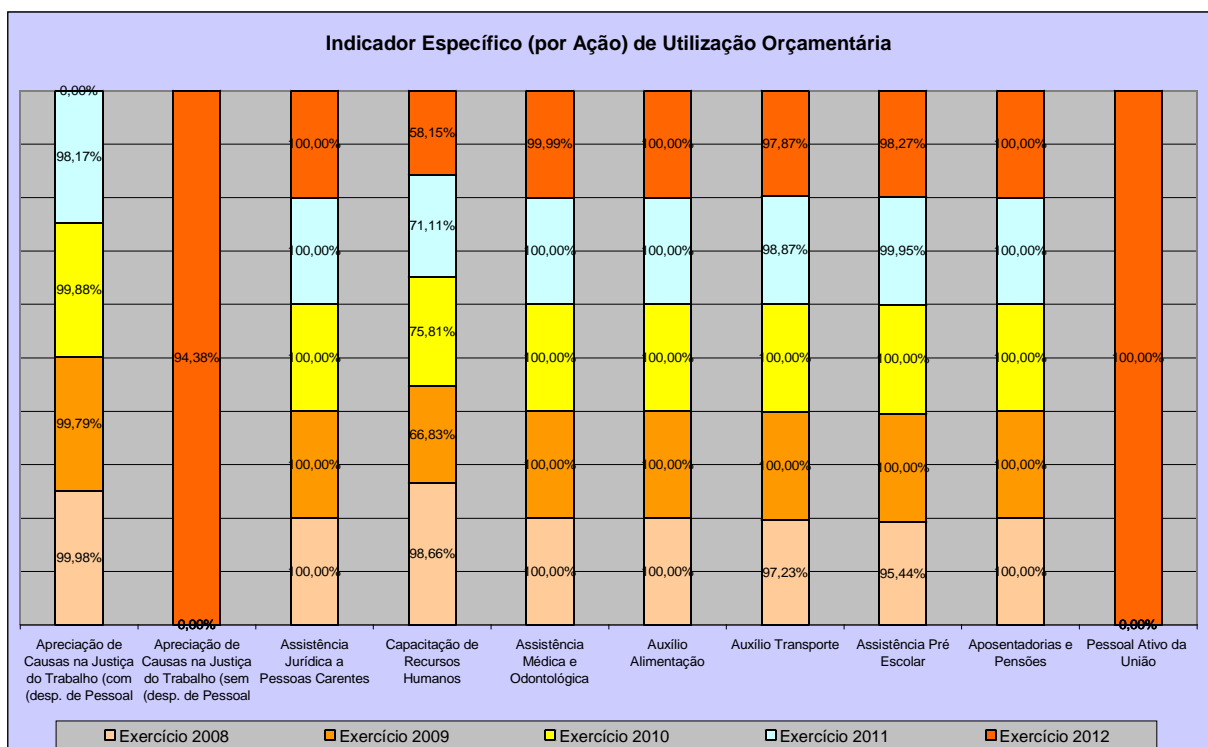


PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

O quadro a seguir sintetiza os percentuais de execução orçamentária encontrados:

Demonstrativo 2: INDICADOR ESPECÍFICO DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Discriminação do Indicador	Exercício				
	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (com desp. de Pessoal)	99,98	99,79	99,88	98,17	-
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (sem desp. de Pessoal)	-	-	-	-	94,38
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Capacitação de Recursos Humanos	98,66	66,83	75,81	71,11	58,15
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e Dependentes	100,00	100,00	100,00	100,00	99,99
Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	100	100,00	100,00	100,00	100,00
Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	97,23	100,00	100,00	98,87	97,87
Assistência Pré Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	95,44	100,00	100,00	99,95	98,27
Aposentadorias e Pensões	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Pagamento de Pessoal Ativo da União	-	-	-	-	100,00

Pelo gráfico que segue, pode-se observar a regularidade na utilização dos recursos alocados nas Ações indicadas no quadro acima.





PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

3. Indicador do Custo Médio Anual das Metas Físicas

Estes indicadores refletem o custo médio das metas realizadas no exercício.

O quadro a seguir sintetiza os valores correspondentes ao custo médio das metas realizadas por este Regional:

Demonstrativo 3: INDICADOR DO CUSTO MÉDIO ANUAL DAS METAS FÍSICAS							
Discriminação do Indicador	(R\$) (Δ%)	Exercício					Δ% média 2008 a 2012
		2008	2009	2010	2011	2012	
Custo Anual de Processo Julgado	R\$	1.572,29	1.638,27	1.876,92	1.931,79	2.175,85	-
	Δ%	-	4,20	14,57	2,92	12,63	8,58
Custo Anual de Pessoas Assistidas pela Justiça Gratuita	R\$	881,63	988,20	1.055,47	1.077,24	1.129,39	-
	Δ%	-	12,09	6,81	2,06	4,84	6,45
Custo Anual por Beneficiário do Programa de Assistência Médica e Odontológica	R\$	1.096,47	1.121,57	1.178,23	1.373,12	1.449,83	-
	Δ%	-	2,29	5,05	16,54	5,59	7,37
Custo Anual por Beneficiário do Programa Assistência Pré-Escolar	R\$	3.445,70	3.178,39	4.397,58	4.550,81	5.705,89	-
	Δ%	-	-7,76	38,36	3,48	25,38	14,87
Custo Anual por Beneficiário do Programa Auxílio Transporte	R\$	1.685,43	1.484,19	1.752,52	2.213,58	2.249,56	-
	Δ%	-	-11,94	18,08	26,31	1,63	8,52
Custo Anual por Beneficiário do Programa Auxílio Alimentação	R\$	5.724,32	6.657,11	6.949,48	7.252,54	8.260,29	-
	Δ%	-	16,30	4,39	4,36	13,90	9,74
Custo Anual por Servidor Capacitado	R\$	230,38	197,29	281,50	304,96	203,40	-
	Δ%	-	-14,36	42,68	8,33	-33,30	0,84

R\$ = Custo médio Anual
Δ% = Variação percentual do custo médio ano a ano
Δ% média = \sum da Δ% ÷ 4

O quadro acima demonstra constante evolução dos custos anuais apurados no decorrer dos últimos cinco anos (2008 a 2012).

Entretanto, a variação percentual média de 8,05%, apurada no período de 2008 a 2012, indica que a curva crescente dos custos estão



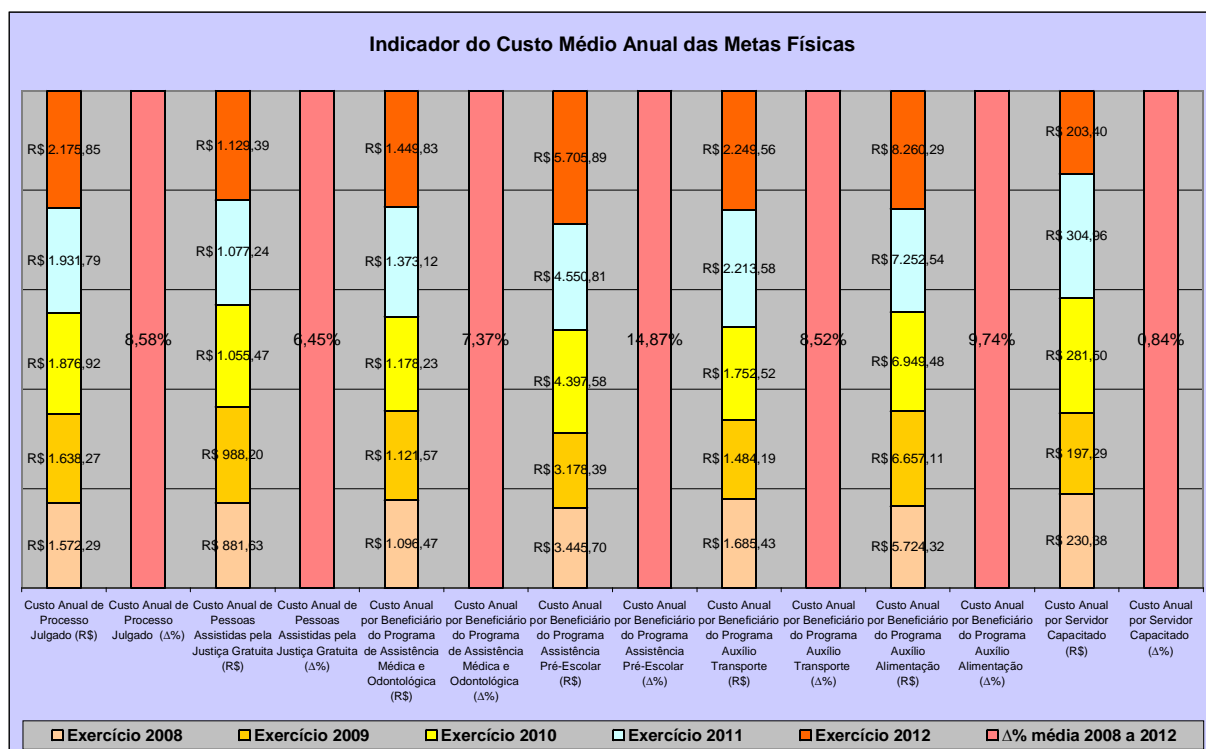
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
 SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

coerentes com os principais índices inflacionários divulgados (IGP-M/FGV; INPC-FIPE; IPC/FIPE; IPCA/IBGE; IPCA-E/IBGE e POUPANÇA) e retratados no quadro abaixo, exceto quanto ao Programa de Assistência Pré Escolar cuja variação média é praticamente o dobro da média geral, em virtude do expressivo reajuste ocorrido no valor do benefício em 2012.

EXERCÍCIO	PERCENTUAL ACUMULADO POR EXERCÍCIO					
	IGP-M/FGV	INPC/FIPE	IPC/FIPE	IPCA/IBGE	IPCA-E/IBGE	POUPANÇA
2008	9,80%	6,48%	6,17%	5,90%	6,10%	6,58%
2009	-1,71%	4,11%	3,64%	4,31%	4,18%	7,50%
2010	11,32%	6,46%	6,41%	5,90%	5,79%	6,81%
2011	5,09%	6,07%	5,80%	6,50%	6,55%	7,09%
2012	7,81%	6,19%	5,11%	5,83%	5,77%	7,74%
Δ% média	6,46%	5,86%	5,43%	5,69%	5,68%	7,14%

FONTE: <http://www.portalbrasil.net>

O gráfico que segue representa a evolução dos custos médios constantes dos quadros acima comentados.





V. ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Este Tribunal firmou Acordos de Cooperação Técnica e Financeira com o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal visando melhorar o atendimento aos jurisdicionados.

Esses Acordos de Cooperação objetivam incrementar o apoio dessas Instituições Financeiras ao Tribunal, para a modernização e melhoria da prestação jurisdicional. A implementação reverte em benefício dos usuários dos serviços forenses, magistrados e serventuários da Justiça, advogados e outros. A contrapartida consiste em garantir as condições logísticas para a captação e gerenciamento, pelos Bancos, dos depósitos judiciais à ordem do Tribunal, mediante postos de atendimento bancário.

O Acordo, com vigência de 60 meses, firmado com o Banco do Brasil S/A, conforme contrato SCL-CT nº 083/2009 e atuado no Processo Administrativo nº 018/2009, define que a liberação dos valores pelo Banco ao Tribunal será na proporção de R\$ 35.000.000,00 (Trinta e cinco milhões de reais) no primeiro ano do contrato e igual parcela no segundo; R\$ 36.000.000,00 (Trinta e seis milhões de reais) no terceiro ano e igualmente no quarto ano; e, por fim, R\$ 37.000.000,00 (Trinta e sete milhões de reais) no quinto ano, totalizando o montante de R\$ 179.000.000,00 (Cento e setenta e nove milhões de reais). Ressalte-se que os valores ou saldos não utilizados em determinado ano acumulam-se para o ano subsequente.

O Acordo firmado com a Caixa Econômica Federal - CEF, contrato SCL-CT nº 082/2008, atuado no Processo Administrativo n.º 023/2008, prevê a liberação de R\$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais), sendo R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) por ano, durante o período de vigência de 48 meses. Da mesma forma que o Acordo anteriormente comentado, os valores ou



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

saldos não utilizados em determinado ano acumulam-se para o ano subsequente.

O 1º Termo Aditivo ao Contrato firmado com a CEF (SCL-CT nº 082/2008), datado de 19 de abril de 2010, dispôs:

(verbis)

"PARÁGRAFO PRIMEIRO: A cada R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) integralizados ao saldo de depósitos judiciais, durante o período de 6 (seis) meses, a CAIXA disponibilizará ao TRIBUNAL, como acréscimo, recursos da ordem de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em parcelas mensais no prazo remanescente do convênio, que serão utilizados para os mesmos fins previstos neste instrumento."

Tal dispositivo resultou, no exercício de 2012, na liberação de R\$ 2.550.000,00, que, somado ao valor principal do contrato (R\$ 8.000.000,00), resultou no montante total de R\$ 10.550.000,00.

Os Acordos supracitados seguem abaixo indicados:

Processos	Vigência	Valor Total
Processo Administrativo nº 018/2009 (contrato SCL-CT nº 083/2009)	11/11/2009 a 10/11/2014	179.000.000,00
Processo Administrativo nº 023/2008 (contrato SCL-CT nº 082/2008)	05/08/2008 a 04/08/2012	8.000.000,00
Processo Administrativo nº 023/2008 (1º Termo Aditivo)		2.550.000,00
<i>OBS: A liberação dos valores indicados correspondem a:</i>		
<i>1. Processo Administrativo nº 018/2009 (contrato SCL-CT nº 083/2009): Banco do Brasil: 1º ano = R\$ 35.000.000,00; 2º ano = R\$ 35.000.000,00; 3º ano = R\$ 36.000.000,00; 4º ano = R\$ 36.000.000,00 e 5º ano = R\$ 37.000.000,00.</i>		
<i>2. Processo Administrativo nº 023/2008 (contrato SCL-CT nº 082/2008): Caixa Econômica Federal: 1º ano = R\$ 2.000.000,00; 2º ano = R\$ 2.000.000,00; 3º ano = R\$ 2.000.000,00; 4º ano = R\$ 2.000.000,00.</i>		
<i>Nota: Os valores ou saldos não utilizados em determinado ano acumulam-se no ano subsequente.</i>		

A utilização dos recursos disponibilizados pelos Bancos, inicialmente, era efetivada mediante pagamento direto das despesas aos fornecedores deste Tribunal, por parte das instituições financeiras, após os procedimentos licitatórios pertinentes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

Essa sistemática foi alterada em razão do entendimento do C. Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 2.938/2010, no sentido de que as receitas provenientes dos Acordos de Cooperação devessem integrar o orçamento anual do Órgão, para que viessem a ser estimadas e contabilizadas, bem como fixadas e contabilizadas as respectivas despesas.

A fim de cumprir o novo entendimento da C. Corte de Contas, em março de 2011, foram efetuados Pedidos de Crédito Suplementares com oferecimento das receitas próprias auferidas pelo Órgão, de que tratam os Acordos de Cooperação Técnica e Financeira firmados, e para o exercício de 2012 respectivos recursos já constaram da Proposta Orçamentária elaborada por este Tribunal, sendo consignada na L.O.A. desse exercício, na fonte de recursos 181 – Recursos de Convênio.

Ainda, os Acordos em questão foram objeto de aditamento, em especial quanto à forma de transferência dos recursos dos Bancos, que passou a ser efetuada mediante depósito direto à conta única do Tesouro Nacional, sob a responsabilidade deste Tribunal.

Até a liberação dos referidos créditos suplementares, o que somente ocorreu em 05/08/2011, foram efetuados pagamentos pelas instituições bancárias diretamente aos fornecedores, conforme previsto originalmente nos Acordos. A partir da concessão dos créditos suplementares em 2011 e da consignação dos recursos de convênios na Lei Orçamentária de 2012, as instituições bancárias passaram a efetuar os depósitos correspondentes aos mencionados Acordos diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, à conta deste Regional, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, sob o código 28844-6 – *Transferências de Convênios da União e suas Entidades*.

Os quadros a seguir ilustram a utilização dos recursos



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

orçamentários e financeiros decorrentes dos Acordos de Cooperação Técnica.

Crédito e Execução Orçamentária (Exercícios 2011 e 2012)						
Elemento de Despesa	Crédito Orçamentário		Execução Orçamentária		Saldo Orçamentário (*)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
3390.30	935.000,00	3.241.714,79	0,00	3.241.714,79	935.000,00	0,00
3390.36	0,00	7.211.959,48	0,00	7.211.959,48	0,00	0,00
3390.39	15.084.107,00	16.121.248,73	7.892.794,24	10.199.897,16	7.191.312,76	5.921.351,57
4490.39	3.106.885,00	306.819,40	9.999,00	306.819,40	3.096.886,00	0,00
4490.52	6.512.085,00	15.785.757,60	2.242.272,00	15.115.190,21	4.269.813,00	670.567,39
3391.47	0,00	1.332.500,00	0,00	1.332.500,00	0,00	0,00
TOTAL	25.638.077,00	44.000.000,00	10.145.065,24	37.408.081,04	15.493.011,76	6.591.918,96

(*) Saldo registrado na conta contábil 21.211.00.00 - Crédito Disponível

Execução Financeira (Exercícios 2011 e 2012)						
Elemento de Despesa	Despesa Realizada		Pagamentos Efetuados		Saldos a Pagar (Fornecedor/RAP)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
3390.30	0,00	3.241.714,79	0,00	1.511.465,03	0,00	1.730.249,76
3390.36	0,00	7.211.959,48	0,00	1.627.439,99	0,00	5.584.519,49
3390.39	7.892.794,24	10.199.897,16	3.631.288,84	5.411.936,30	4.261.505,40	4.787.960,86
4490.39	9.999,00	306.819,40	0,00	306.819,40	9.999,00	0,00
4490.52	2.242.272,00	15.115.190,21	612.010,00	1.553.640,16	1.630.262,00	13.561.550,05
3391.47	0,00	1.332.500,00	0,00	226.086,22	0,00	1.106.413,78
TOTAL	10.145.065,24	37.408.081,04	4.243.298,84	10.637.387,10	5.901.766,40	26.770.693,94

Depósitos Bancários (Exercícios 2011 e 2012)			
Exercício	Data	Banco do Brasil	C.E.F.
2011	ago/2011	4.140.000,00	0,00
	set/2011	4.140.000,00	1.234.500,00
	out/2011	4.140.000,00	1.234.500,00
	nov/2011	4.140.000,00	1.234.500,00
	Subtotal 1	16.560.000,00	3.703.500,00
	Total 1		20.263.500,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2012	jan/2012	7.140.000,00	1.615.500,00
	fev/2012	3.000.000,00	380.923,00
	mar/2012	3.000.000,00	380.923,00
	abr/2012	3.000.000,00	389.231,00
	mai/2012	3.000.000,00	383.000,00
	jun/2012	3.000.000,00	383.000,00
	jul/2012	3.000.000,00	383.000,00
	ago/2012	3.000.000,00	380.923,00
	set/2012	3.000.000,00	0,00
	out/2012	3.000.000,00	0,00
	nov/2012	3.000.000,00	0,00
	dez/2012	<u>3.000.000,00</u>	<u>2.550.000,00</u>
	Subtotal 2	40.140.000,00	6.846.500,00
Total 2		46.986.500,00	
TOTAL GERAL	Subtotais 1 + 2	56.700.000,00	10.550.000,00
	Totais 1 + 2	67.250.000,00	

Saldos financeiros antes e após os pagamentos das despesas inscritas nas contas "Fornecedor/RAP"		
Discriminação	2011	2012
(a) Depósitos Bancários	20.263.500,00	46.986.500,00
(b) Pagamentos Efetuados	4.243.298,84	10.637.387,10
(c) Subtotal 1: (a) - (b)	16.020.201,16	36.349.112,90
(d) Saldos a Pagar (RAP/Fornecedores)	5.901.766,40	26.770.693,94
(e) Subtotal 2: (c) - (d)	10.118.434,76	9.578.418,96
<i>OBS.: Subtotal 1 = antes dos pagamentos das despesas inscritas em Restos a Pagar e em Fornecedores</i> <i>Subtotal 2 = após os pagamentos das despesas inscritas em Restos a Pagar e em Fornecedores</i>		

Em suma, dos recursos financeiros totais a serem repassados a este Tribunal, conforme estipulado nos Acordos de Cooperação firmados, nos montantes de R\$ 179.000.000,00 e R\$ 10.550.000,00, pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, respectivamente, até 31/12/2012, foram efetivamente repassados R\$ 85.966.928,69 e R\$ 10.550.000,00, conforme demonstrado abaixo:

Ano	BANCO DO BRASIL			CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		
	Valor contratado	Repasses	Saldo	Valor contratado	Repasses	Saldo
2009	179.000.000,00	0,00	179.000.000,00	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

2010	-	19.365.098,99	159.634.901,01	-	0,00	8.000.000,00
2011 ¹	-	9.901.829,70	149.733.071,31	-	3.703.500,00	4.296.500,00
		16.560.000,00	133.173.071,31			
2012	-	40.140.000,00	93.033.071,31	2.550.000,00	6.846.500,00	0,00
TOTAL	179.000.000,00	85.966.928,69	93.033.071,31	10.550.000,00	10.550.000,00	0,00

¹ O valor de R\$ 9.901.829,70 repassado pelo Banco do Brasil corresponde a pagamentos efetuados diretamente aos fornecedores deste Tribunal, tendo em vista a não liberação do crédito suplementar correspondente até 04/08/2011. A partir da concessão do crédito suplementar, os valores repassados, no total de R\$ 16.560.000,00, correspondem a depósitos efetuados por meio de GRU, código 28844, identificados pela *Fonte de Vinculação 181 – Recursos de Convênio*

Os valores resultantes dos contratos firmados com as instituições financeiras mencionadas estão registrados na conta contábil 19.971.08.00 – Termos/Acordos de Cooperação com Instituições Financeiras.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, inspecionados os atos referentes à execução das despesas realizadas no exercício de 2012 por este Órgão, submetemos a presente Prestação de Contas à superior consideração.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2013

ELISABETE MITIE ONO
Diretora da Coordenadoria de
Contabilidade

NIVALDO CATANIA
Diretor da Secretaria de Coordenação
Orçamentária e Financeira

DE ACORDO

São Paulo, de de 2013

LUÍS ALBERTO DAGUANO
Diretor Geral da Administração

APROVO

CIÊNCIA AO E. TRIBUNAL PLENO.

São Paulo, de de 2013

MARIA DORALICE NOVAES
Desembargadora Presidente do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

VII. ANEXOS

- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Balanço Patrimonial
- Demonstrações das Variações Patrimoniais
- Demonstrações das Disponibilidades
- Disponibilidade da Fonte de Recursos



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.531.888.703,00	1.709.169.459,24	1.697.930.972,29	11.238.486,95
					DESPESAS CORRENTES	1.512.053.478,00	1.680.601.478,66	1.670.148.078,26	10.453.400,40
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	1.312.033.152,00	1.475.448.279,00	1.472.935.507,46	2.512.771,54
					OUTRAS DESPESAS CORREN	200.020.326,00	205.153.199,66	197.212.570,80	7.940.628,86
					DESPESAS DE CAPITAL	19.835.225,00	28.567.980,58	27.782.894,03	785.086,55
					INVESTIMENTOS	19.835.225,00	28.567.980,58	27.782.894,03	785.086,55
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	9.854.732,00	0,00	9.854.732,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	1.531.888.703,00	1.719.024.191,24	1.697.930.972,29	21.093.218,95
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	9.849.732,00	0,00	9.849.732,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.854.732,00	0,00	9.854.732,00
					INVESTIMENTOS	0,00	9.854.732,00	0,00	9.854.732,00
TOTAL	0,00	9.849.732,00	0,00	9.849.732,00	TOTAL	1.531.888.703,00	1.719.024.191,24	1.697.930.972,29	21.093.218,95
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	1.697.930.972,29	-1.697.930.972,29	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	9.849.732,00	1.697.930.972,29	-1.688.081.240,29	TOTAL GERAL	1.531.888.703,00	1.719.024.191,24	1.697.930.972,29	21.093.218,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITAS CORRENTES	103.064.597,63	68.170.214,05	DESPESAS CORRENTES	1.670.148.078,26	1.537.386.820,80
RECEITA TRIBUTARIA	51.088.030,35	43.371.689,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.315.355.475,80	1.246.104.058,35
RECEITA PATRIMONIAL	1.582.495,32	1.261.288,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.641.230,63	146.512.577,17
RECEITA DE SERVICOS	1.079.101,06	967.681,70	OUTRAS DESPESAS	194.641.230,63	146.512.577,17
OUTRAS TRANSFERENCIAS	46.986.500,00	20.263.500,00	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	144.770.185,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.328.470,90	2.306.054,13	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	144.037.036,09
RECEITAS CAPITAL ENTRE ORGAOS OFSS 2011			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	733.149,19
DEDUCOES DA RECEITA	-617.250,82	-368.570,18	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	160.151.371,83	0,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.666.275.360,38	1.542.273.561,86	DESPESAS DE CAPITAL	27.782.894,03	11.829.759,80
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	1.665.000.571,72	1.541.530.829,81	INVESTIMENTOS	27.782.894,03	11.829.759,80
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.662.541.257,27	1.539.921.341,74	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	62.786.252,98	52.659.775,87
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	1.662.541.257,27	1.539.921.341,74	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	4.477.680,47	2.459.314,45
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.459.314,45	1.609.488,07	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.477.680,47	2.459.314,45
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.274.788,66	742.732,05	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	58.308.572,51	50.200.461,42
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	45.503,62	5.591,69	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	4.028.534,54	1.925.177,19
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	45.503,62	5.591,69	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.028.534,54	1.925.177,19
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	1.229.285,04	737.140,36	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	54.280.037,97	48.275.284,23
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	130.795.910,53	70.353.100,38	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	138.676.359,29	78.551.949,64
VALORES EM CIRCULACAO	51.032.418,27	27.284.979,41	VALORES EM CIRCULACAO	97.604.024,58	50.907.385,11
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	50.907.385,11	27.284.979,41	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	97.604.024,58	50.907.385,11
RECURSOS VINCULADOS	125.033,16	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.459.314,45	1.609.488,07
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.477.680,47	2.459.314,45	VALORES DIFERIDOS	2.459.314,45	1.609.488,07
VALORES DIFERIDOS	4.477.680,47	2.459.314,45	DEPOSITOS	3.833.909,58	3.187.516,97
DEPOSITOS	4.235.670,23	3.833.909,58	CONSIGNACOES	3.724.189,36	3.187.516,97
CONSIGNACOES	4.230.894,30	3.724.189,36	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.482,30	0,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.775,93	9.482,30	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	100.237,92	0,00
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	100.237,92	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	34.495.726,32	22.487.974,37
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	70.767.057,20	36.415.311,82	FORNECEDORES	1.924.979,10	215.936,00
FORNECEDORES	4.047.445,69	1.924.979,10	DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.924.979,10	215.936,00
DO EXERCICIO	3.921.499,80	1.911.021,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.348.835,32	0,00
DE EXERCICIOS ANTERIORES	125.945,89	13.958,10	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	31.221.911,90	22.264.183,10
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	96.130,92	1.348.835,32	VALORES EM TRANSITO	0,00	7.855,27
RESTOS A PAGAR	66.601.785,66	33.141.497,40	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	283.384,36	359.585,12
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	56.529.483,74	31.221.911,90	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	283.384,36	359.585,12
NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	5.983.312,07	0,00	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	283.384,36	359.585,12
CANCELADO	4.088.989,85	1.919.585,50	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	125.033,16	0,00
VALORES EM TRANSITO	10.341,33	0,00	OUTRAS DISPONIBILIDADES	125.033,16	0,00
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	11,50	0,00			
OUTROS DEBITOS	11.342,10	0,00			
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	283.084,36	359.585,12			
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	283.084,36	359.585,12			
INGRESSOS	1.899.518.617,72	1.680.428.306,11	DISPENDIOS	1.899.518.617,72	1.680.428.306,11



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	97.729.057,74	50.907.385,11	PASSIVO FINANCEIRO	75.516.451,21	40.788.950,35
DISPONIVEL	125.033,16	0,00	DEPOSITOS	4.235.670,23	3.833.909,58
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	125.033,16	0,00	CONSIGNACOES	4.230.894,30	3.724.189,36
CREDITOS EM CIRCULACAO	97.604.024,58	50.907.385,11	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	100.237,92
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	97.604.024,58	50.907.385,11	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.775,93	9.482,30
ATIVO NAO FINANCEIRO	207.810.970,24	198.986.205,74	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.678.067,35	34.495.726,32
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	4.203.100,81	3.768.870,33	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.154.930,21	3.273.814,42
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	4.203.100,81	3.768.870,33	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	3.921.499,80	1.911.021,00
ESTOQUES	4.203.100,81	3.768.870,33	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	125.945,89	13.958,10
PERMANENTE	203.607.869,43	195.217.335,41	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	96.130,92	1.348.835,32
IMOBILIZADO	201.219.703,56	192.236.154,31	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	219.468.696,29	203.064.653,99	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	11,50	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-18.248.992,73	-10.828.499,68	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	11.342,10	0,00
INTANGIVEL	2.388.165,87	2.981.181,10	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	62.512.795,81	31.221.911,90
ATIVO REAL	305.540.027,98	249.893.590,85	A LIQUIDAR	56.529.483,74	31.221.911,90
			EM LIQUIDACAO	5.983.312,07	0,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	10.341,33	0,00
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.477.680,47	2.459.314,45
			VALORES DIFERIDOS	4.477.680,47	2.459.314,45
			PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	125.033,16	0,00
			DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	125.033,16	0,00
			PASSIVO NAO FINANCEIRO	324.291.198,05	358.205.877,80
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	324.291.198,05	358.205.877,80
			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	25.611.631,30	29.013.433,00
			PESSOAL A PAGAR	294.493.543,14	321.274.988,00
			PROVISOES	30.959.500,81	31.485.578,17
			PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	29.756.006,54	7.653.790,53
			RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-56.529.483,74	-31.221.911,90
			PASSIVO REAL	399.807.649,26	398.994.828,15
			PATRIMONIO LIQUIDO	-94.267.621,28	-149.101.237,30
			PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	172.998.910,39
			PATRIMONIO	0,00	172.998.910,39
			RESULTADOS ACUMULADOS	-149.101.237,30	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-149.101.237,30	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	54.833.616,02	-322.100.147,69
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	305.540.027,98	249.893.590,85
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-250.706.411,96	-571.993.738,54
ATIVO COMPENSADO	142.356.180,32	158.871.234,72	PASSIVO COMPENSADO	142.356.180,32	158.871.234,72
COMPENSAÇOES ATIVAS DIVERSAS	142.356.180,32	158.871.234,72	COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	142.356.180,32	158.871.234,72
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	3.140.649,00	3.140.649,00	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.140.649,00	3.140.649,00
GARANTIAS DE VALORES	7.252.197,52	0,00	VALORES EM GARANTIA	7.252.197,52	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	131.963.333,80	155.730.585,72	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	131.963.333,80	155.730.585,72
ATIVO	447.896.208,30	408.764.825,57	PASSIVO	447.896.208,30	408.764.825,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	1.873.027.167,85	1.649.420.697,90	ORCAMENTARIAS	1.702.557.197,15	1.551.786.006,95
RECEITAS CORRENTES	103.064.597,63	68.170.214,05	DESPESAS CORRENTES	1.670.148.078,26	1.537.386.820,80
RECEITA TRIBUTARIA	51.088.030,35	43.371.689,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.315.355.475,80	1.246.104.058,35
RECEITA PATRIMONIAL	1.582.495,32	1.261.288,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.641.230,63	146.512.577,17
RECEITA DE SERVICOS	1.079.101,06	967.681,70	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS 2011	0,00	144.770.185,28
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	46.986.500,00	20.263.500,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	144.037.036,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.328.470,90	2.306.054,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	733.149,19
DEDUCOES DA RECEITA	-617.250,82	-368.570,18	DESPESAS CORRENTES ENTRE ORGAOS OFSS	160.151.371,83	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.665.000.571,72	1.541.530.829,81	DESPESAS DE CAPITAL	27.782.894,03	11.829.759,80
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.665.000.571,72	1.541.530.829,81	INVESTIMENTOS	27.782.894,03	11.829.759,80
SUB-REPASSE RECEBIDO	1.662.541.257,27	1.539.921.341,74	INTERFERENCIAS PASSIVAS	4.477.680,47	2.459.314,45
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.459.314,45	1.609.488,07	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.477.680,47	2.459.314,45
MUTACOES ATIVAS	105.579.249,32	40.088.224,22	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.477.680,47	2.459.314,45
INCORPORACOES DE ATIVOS	53.209.185,93	8.866.312,32	MUTACOES PASSIVAS	148.544,39	110.111,90
AQUISICOES DE BENS	10.064.903,06	8.108.887,66	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	148.544,39	110.111,90
INCORPORACAO DE CREDITOS	43.144.282,87	757.424,66	LIQUIDACAO DE CREDITOS	148.544,39	110.111,90
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	52.370.063,39	31.221.911,90	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	326.863.253,74	621.152.612,55
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	211.226.899,06	201.417.773,91	INTERFERENCIAS PASSIVAS	58.308.572,51	50.200.461,42
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.899.688,79	3.112.413,17	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.028.534,54	1.925.177,19
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	341.815,77	2.010.096,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	54.280.037,97	48.275.284,23
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	328.587,98	365.176,81	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	268.554.681,23	570.952.151,13
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.229.285,04	737.140,36	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	50.807.479,12	9.041.117,06
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	209.327.210,27	198.305.360,74	BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00	483.643,44
INCORPORACOES DE ATIVOS	7.329.367,64	9.457.650,32	BAIXA DE BENS MOVEIS	7.779.939,76	7.887.745,33
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	7.191.029,76	9.038.010,02	BAIXA DE DIREITOS	43.027.539,36	669.728,29
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	106.537,00	397.224,77	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	9.520.070,98	25.448.954,34
INCORPORACAO DE DIREITOS	31.800,88	22.415,53	DESVALORIZACAO DE BENS	397.854,49	18.928.205,65
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	8.420.489,65	0,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	9.122.216,49	6.520.748,69
REAVALIACOES DE BENS	8.420.489,65	0,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	208.227.131,13	534.102.333,91
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	193.577.352,98	188.847.710,42	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	2.359.745,82
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	322.100.147,69	AJUSTES NAO FINANCEIROS	0,00	2.359.745,82
DEFICIT	0,00	322.100.147,69	RESULTADO PATRIMONIAL	54.833.616,02	0,00
			SUPERAVIT	54.833.616,02	0,00
VARIACOES ATIVAS	2.084.254.066,91	2.172.938.619,50	VARIACOES PASSIVAS	2.084.254.066,91	2.172.938.619,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 1

TITULOS	2012	2011
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	103.064.597,63	68.170.214,05
RECEITAS TRIBUTARIAS	51.088.030,35	43.371.689,53
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	51.976.567,28	24.798.524,52
DEDUCOES DA RECEITA	-617.250,82	-368.570,18
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	102.447.346,81	67.801.643,87
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	1.667.576.738,09	1.681.423.856,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.472.935.507,46	1.534.178.130,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	194.641.230,63	147.245.726,36
DESPESAS DE CAPITAL	27.782.894,03	11.829.759,80
INVESTIMENTOS	27.782.894,03	11.829.759,80
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	1.695.359.632,12	1.693.253.616,69
RESULTADO ORCAMENTARIO	-1.592.912.285,31	-1.625.451.972,82
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	1.665.000.571,72	1.541.530.829,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.665.000.571,72	1.541.530.829,81
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	105.579.249,32	40.088.224,22
INCORPORACAO DE ATIVOS	53.209.185,93	8.866.312,32
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	52.370.063,39	31.221.911,90
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	4.477.680,47	2.459.314,45
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.477.680,47	2.459.314,45
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	148.544,39	110.111,90
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	148.544,39	110.111,90
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	12.889.939,04	-46.402.345,14
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	12.889.939,04	-46.402.345,14
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.899.688,79	3.112.413,17
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	341.815,77	2.010.096,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	328.587,98	365.176,81
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	1.229.285,04	737.140,36
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	209.327.210,27	198.305.360,74
INCORPORACAO DE ATIVOS	7.329.367,64	9.457.650,32
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	193.577.352,98	188.847.710,42
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	8.420.489,65	0,00
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	58.308.572,51	50.200.461,42
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.028.534,54	1.925.177,19
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	54.280.037,97	48.275.284,23
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	268.554.681,23	570.952.151,13
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	50.807.479,12	9.041.117,06
INCORPORACAO DE PASSIVOS	208.227.131,13	534.102.333,91
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	9.520.070,98	27.808.700,16
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	54.833.616,02	-322.100.147,69



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	125.033,16	0,00	CREDITOS EM CIRCULACAO	-97.604.024,58	-50.907.385,11
OUTRAS CONTAS BANCARIAS	125.033,16	0,00	CREDITOS A RECEBER	-97.604.024,58	-50.907.385,11
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-97.604.024,58	-50.907.385,11
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-97.604.024,58	-50.907.385,11
			DEPOSITOS	4.235.670,23	3.833.909,58
			CONSIGNACOES	4.230.894,30	3.724.189,36
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	100.237,92
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.775,93	9.482,30
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	66.678.067,35	34.495.726,32
			OBRIGACOES A PAGAR	66.656.383,92	34.495.726,32
			FORNECEDORES	4.047.445,69	1.924.979,10
			DO EXERCICIO	3.921.499,80	1.911.021,00
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	125.945,89	13.958,10
			PESSOAL A PAGAR	96.130,92	1.348.835,32
			DO EXERCICIO	96.130,92	1.348.835,32
			TRIBUTOS A PAGAR	11,50	0,00
			RESTOS A PAGAR	62.512.795,81	31.221.911,90
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	56.529.483,74	31.221.911,90
			NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS	5.983.312,07	0,00
			CREDORES DIVERSOS	11.342,10	0,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	11.342,10	0,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	10.341,33	0,00
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	10.341,33	0,00
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	4.477.680,47	2.459.314,45
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	4.477.680,47	2.459.314,45
			EXIGIVEL A LONGO PRAZO	125.033,16	0,00
			DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	125.033,16	0,00
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	22.212.606,53	10.118.434,76
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	26.690.287,00	12.577.749,21
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-4.477.680,47	-2.459.314,45
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-4.477.680,47	-2.459.314,45
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	125.033,16	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	125.033,16	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	080010/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 24/01/2013	PAGINA 1

TITULOS	2012	2011
DISPONIBILIDADE POR FR	12.577.749,21	12.577.749,21
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)	12.577.749,21	12.577.749,21
INGRESSOS	1.718.814.443,43	1.718.814.443,43
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR	6.593.807,92	6.593.807,92
SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	2.459.314,45	2.459.314,45
ORDEM TRANSFERENCIA RECEBIDA	45.503,62	45.503,62
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	4.088.989,85	4.088.989,85
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL	1.712.220.635,51	1.712.220.635,51
SUBREPASSE RECEBIDO	1.662.541.257,27	1.662.541.257,27
RECEITA ARRECADADA	49.396.293,88	49.396.293,88
OUTRAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	283.084,36	0,00
RESTITUICAO DE RECEITAS	283.084,36	0,00
DISPENDIOS	-1.702.242.891,19	-1.702.242.891,19
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR	-4.028.534,54	-4.028.534,54
ORDEM TRANSFERENCIAS CONCEDIDA	-4.028.534,54	0,00
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL	-1.698.214.356,65	-1.698.214.356,65
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA	-1.697.930.972,29	-1.697.930.972,29
APROPRIACAO RESTITUICOES RECEITAS	-283.384,36	0,00
OUTROS INGRESSOS/DISPENDIOS	-2.459.014,45	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR	26.690.287,00	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)	26.690.287,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00